

IFRS – POA	
Fls. n°	Rubrica

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Porto Alegre
Coordenadoria de Compras, Licitações e Contratos

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

(PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTINUADO SEM MÃO DE OBRA EXCLUSIVA)

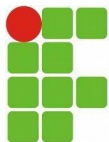
PREGÃO Nº 26/2019

(Processo Administrativo n.º 23368.001064/2019-82)

1. OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, bem como atendimento de emergência, de 07 (sete) elevadores da marca ATLAS SCHINDLER, instalados no prédio do IFRS – Campus Porto Alegre, com fornecimento de dispositivos, peças originais de reposição e acessórios, visando à segurança de seu funcionamento, em cumprimento às Normas Técnicas vigentes, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de forma continuada.
- 1.3. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do DECRETO Nº 9.507, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.
- 1.4. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.
- 1.5. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela abaixo:

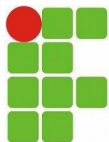
GRUPO G1	ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	QTDE DE ELEVADORES	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário Máximo Aceitável	Valor Total Máximo Aceitável
	1	Serviço de manutenção preventiva e corretiva, bem como atendimento de emergência, com fornecimento de dispositivos, peças originais de reposição e acessórios, de 1 (um) Elevador de Público Principal (Torre Norte) Características:	01	Serviço/ mês	12	R\$ 1.543,33	18.520,00



IFRS – POA	
Fls. n°	Rubrica

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Porto Alegre
Coordenadoria de Compras, Licitações e Contratos

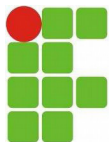
		- Velocidade de operação: 1,75m/s - Paradas: 10 - Casa de Máquinas: Sim - Destinação: Passageiros - Fabricante: Atlas - Tipo de Máquina: 357 - Comando: EXBB/VVF - Capacidade: 16 pessoas ou 1120kg					
	2	Serviço de manutenção preventiva e corretiva, bem como atendimento de emergência, com fornecimento de dispositivos, peças originais de reposição e acessórios, de 1 (um) Elevador de Público Principal (Torre Norte) Características: - Velocidade de operação: 1,75m/s - Paradas: 10 - Casa de Máquinas: Sim - Destinação: Passageiros - Fabricante: Atlas - Tipo de Máquina: 357 - Comando: EXBB/VVF - Capacidade: 16 pessoas ou 1120kg	01	Serviço/ mês	12	R\$ 1.543,33	R\$ 18.520,00
	3	Serviço de manutenção preventiva e corretiva, bem como atendimento de emergência, com fornecimento de dispositivos, peças originais de reposição e acessórios, de 1 (um) Elevador de Público Secundário (Torre Norte) Características: - Velocidade de operação: 1,00m/s	01	Serviço/ mês	12	R\$ 1.071,00	R\$ 12.852,00



IFRS – POA	
Fls. n°	Rubrica

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Porto Alegre
Coordenadoria de Compras, Licitações e Contratos

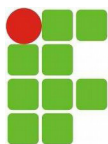
		- Paradas: 05 - Casa de Máquinas: Sim - Destinação: Passageiros - Fabricante: Atlas - Tipo de Máquina: 147 - Comando: ALFA/ACBB - Capacidade: 12 pessoas ou 900kg					
	04	Serviço de manutenção preventiva e corretiva, bem como atendimento de emergência, com fornecimento de dispositivos, peças originais de reposição e acessórios, de 1 (um) Elevador de Serviço - Fundos (Torre Norte) Características: - Velocidade de operação: 1,25m/s - Paradas: 11 - Casa de Máquinas: Sim - Destinação: Serviço - Fabricante: Atlas - Tipo de Máquina: 357 - Comando: EXBB/VVF - Capacidade: 21 pessoas ou 1575kg	01	Serviço/mês	12	R\$ 1.608,33	R\$ 19.300,00
	05	Serviço de manutenção preventiva e corretiva, bem como atendimento de emergência, com fornecimento de dispositivos, peças originais de reposição e acessórios, de 1 (um) Elevador de Serviço Público - Fundos (Torre Norte) Características: - Velocidade de operação: 1,25m/s - Paradas: 10 - Casa de Máquinas: Sim	01	Serviço/mês	12	R\$ 1.543,00	R\$ 18.520,00



IFRS – POA	
Fls. n°	Rubrica

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Porto Alegre
Coordenadoria de Compras, Licitações e Contratos

		- Destinação: Serviço - Fabricante: Atlas - Tipo de Máquina: 357 - Comando: EXBB/VVF - Capacidade: 16 pessoas ou 1120kg					
	06	Serviço de manutenção preventiva e corretiva, bem como atendimento de emergência, com fornecimento de dispositivos, peças originais de reposição e acessórios, de 1 (um) Elevador de Público - Garagem - Torre Sul Características: - Velocidade de operação: 1,50m/s - Paradas: 12 - Casa de Máquinas: Sim - Destinação: Passageiros - Fabricante: Atlas - Tipo de Máquina: W140 - Comando: MICONIC SX - Capacidade: 8 pessoas ou 600kg	01	Serviço/ mês	12	R\$ 1.713,00	R\$ 20.556,00
	07	Serviço de manutenção preventiva e corretiva, bem como atendimento de emergência, com fornecimento de dispositivos, peças originais de reposição e acessórios, de 1 (um) Elevador de Público - Garagem - Torre Sul Características: - Velocidade de operação: 1,50m/s - Paradas: 12 - Casa de Máquinas: Sim - Destinação: Passageiros - Fabricante: Atlas	01	Serviço/ mês	12	R\$ 1.713,00	R\$ 20.556,00



IFRS – POA	
Fls. n°	Rubrica

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Porto Alegre
Coordenadoria de Compras, Licitações e Contratos

	- Tipo de Máquina: W140 - Comando: MICONIC SX - Capacidade: 8 pessoas ou 600kg					
TOTAL ESTIMADO PARA O GRUPO G1						R\$ 128.824,00

- 1.6. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global.
- 1.7. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.
- 1.8. Integram este documento os seguintes anexos:

Anexo A - Estudos preliminares

Anexo B - Atividades do plano básico de manutenção

Anexo C - Check List Manutenção e registro de ocorrências

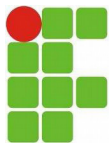
2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Preliminares, apêndice desse Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

- 3.1. A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado nos Estudos Preliminares, abrange a prestação do serviço de manutenção preventiva e corretiva de elevadores, conforme atividades do plano básico de manutenção constante no Anexo B deste Termo de Referência, contemplando o fornecimento de toda a mão de obra, ferramentas e equipamentos, bem como todas as peças e componentes necessários à perfeita operação e funcionamento dos equipamentos/sistemas, entendendo-se por:

3.1.1 **MANUTENÇÃO OU CONSERVAÇÃO PREVENTIVA:** conjunto de ações ou de operações de manutenção ou conservação, executadas sobre um equipamento, sistema ou instalação, com programação antecipada e efetuada dentro de uma periodicidade por meio de inspeções sistemáticas, objetivando mantê-lo(s) operando ou em condições de operar dentro das especificações do fabricante. Dentre essas atividades preventivas, incluem-se: ensaios, testes, ajustes, calibrações, limpeza geral, pinturas, reconstituições de partes com características alteradas, substituições de peças ou equipamentos desgastados, reorganização interna e externa de componentes, adaptações de componentes, entre outras.



IFRS – POA	
Fls. n°	Rubrica

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Porto Alegre
Coordenadoria de Compras, Licitações e Contratos

3.1.2 MANUTENÇÃO OU CONSERVAÇÃO CORRETIVA: conjunto de ações ou operações de manutenção ou conservação desenvolvidas com o objetivo de fazer retornar às condições especificadas, o equipamento, sistema ou instalação após a ocorrência de defeitos, falhas ou desempenho insuficiente.

3.2. A CONTRATADA assumirá a responsabilidade e ônus pelo fornecimento da mão de obra e de todos os equipamentos, ferramentas, materiais e peças necessários à perfeita operação e funcionamento dos equipamentos/sistemas, ou recomendados nos manuais dos fabricantes, cujo custo deverá constar no preço dos serviços.

3.3. Os materiais a serem empregados e os serviços a serem executados deverão obedecer rigorosamente:

3.3.1 Às normas e especificações constantes deste edital e seus anexos.

3.3.2 Às prescrições e recomendações dos fabricantes.

3.3.3 Às normas da ABNT, em especial: ABNT NBR NM 207; ABNT NBR NM 267; ABNT NBR NM 313; ABNT NBR 15597; ABNT NBR 16083; ABNT NBR 5462; ABNT ISO 9001; Outras normas relacionadas.

3.3.4 Às normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

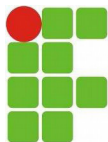
4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1 A empresa CONTRATADA deve ser especializada na prestação de serviços de manutenção de elevadores.

5.1.2 Os serviços são classificados como contínuos (PORTARIA Nº 1.487/2014 do MEC), necessários à Administração para o desempenho de suas atribuições, de modo que a falta ou interrupção destes serviços ocasionariam danos ao desempenho das atividades finalísticas desenvolvidas pela Instituição, havendo



IFRS – POA	
Fls. n°	Rubrica

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Porto Alegre
Coordenadoria de Compras, Licitações e Contratos

assim a necessidade da contratação estender-se por mais de um exercício financeiro.

5.1.3 O prazo de vigência da contrato será de 12 (doze) meses, a contar da data da sua assinatura, com efeitos financeiros a partir do recebimento da ordem de serviço. O prazo de vigência pode ser prorrogado por sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, em conformidade com o inciso II do art. 57 da Lei 8.666 de 21/06/1993 e suas alterações, mediante assinatura do Termo Aditivo.

5.1.4 A CONTRATADA deverá registrar no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia o contrato proveniente deste certame assim como a devida Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) pelos serviços objeto das presentes especificações, em nome do responsável técnico devidamente qualificado para esse fim, pertencente ao seu quadro técnico permanente.

5.1.5 Todos os trabalhos deverão ser executados por mão-de-obra qualificada, devendo a CONTRATADA estar ciente das normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rio Grande do Sul e de Segurança no Trabalho correspondente a cada item de serviço constante da especificação técnica.

5.1.6 A empresa prestadora dos serviços efetuará periodicamente teste de segurança, conforme legislação em vigor.

5.1.7 A CONTRATADA fornecerá todos os materiais, peças, equipamentos e ferramentas básicas necessários à perfeita manutenção do(s) elevador(es).

5.1.8 A CONTRATADA garantirá a utilização de materiais e peças novas, de primeiro uso, originais ou genuínas, fornecidos pelo fabricante ou distribuidor homologado, sendo vedado o emprego de peças e componentes reaproveitados (usados) ou reconicionados, sob pena de infração contratual sujeita à multa prevista em lei.

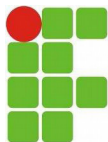
5.1.9 Todos os serviços que fazem parte desse contrato e peças ou componentes substituídos terão garantia de 12 (doze) meses.

5.1.10 A CONTRATADA elaborará e fornecerá à fiscalização, normas de operação e segurança no(s) elevador(es).

5.1.11 A CONTRATADA deverá adotar práticas de sustentabilidade ambiental na execução dos serviços, tais como:

5.1.11.1 A CONTRATADA deverá obedecer às normas de técnicas de saúde, de higiene e segurança do trabalho, fornecendo aos empregados os equipamentos de segurança necessários para a execução do serviço e fiscalizando seu uso, assim como atender normas de sustentabilidade que possam se enquadrar ao presente caso.

5.1.11.2 A CONTRATADA deverá providenciar o recolhimento e o adequado descarte das lâmpadas fluorescentes originárias da contratação,



IFRS – POA	
Fls. n°	Rubrica

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Porto Alegre
Coordenadoria de Compras, Licitações e Contratos

recolhendo-as ao sistema de coleta montado pelo respectivo fabricante, distribuidor, importador, comerciante ou revendedor, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada.

5.1.11.3 A CONTRATADA deverá dar destinação final ambientalmente adequada aos componentes eletroeletrônicos que forem substituídos.

5.1.11.4 Qualquer componente ou resíduo decorrente de defeito, manutenção preventiva, manutenção corretiva, vistoria anual ou troca de peças deverá ser recolhido imediatamente pela empresa CONTRATADA, conforme estabelecido na Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010), não sendo permitido o armazenamento de quaisquer itens de natureza citada anteriormente nas dependências do IFRS - Campus Porto Alegre.

5.1.11.5 O transporte e a destinação correta desses resíduos deverão obedecer a Legislação ambiental vigente sobre o tema em âmbito nacional, estadual e do município de Porto Alegre, bem como as Resoluções do CONAMA e CONSEMA.

5.2. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

5.3. A empresa promoverá pronto atendimento aos chamados da CONTRATANTE, inclusive fora do horário de expediente normal, tantas vezes que se comprovar serem indispensáveis as correções dos defeitos, dando prioridade no atendimento quando houver passageiros presos na cabina ou em casos de acidentes com risco à integridade física das pessoas.

5.4. As obrigações da CONTRATANTE e CONTRATADA estão previstas neste Termo de Referência, nos itens 11 e 12, respectivamente.

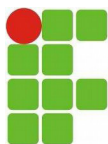
6. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

6.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda a sexta-feira, das 09h00 horas às 11h00 horas e de 13h00 às 17h00, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (51) 3930-6016 ou através do e-mail coordenadoria.infraestrutura@poa.ifrs.edu.br.

6.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

6.2.1 Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

6.2.2 A realização da vistoria poderá ser comprovada por meio de Atestado de



IFRS – POA	
Fls. n°	Rubrica

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Porto Alegre
Coordenadoria de Compras, Licitações e Contratos

vistoria assinado pelo servidor responsável, conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017, na forma do Anexo IV (Opção 1) deste Termo de Referência.

- 6.3.** A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.
- 6.4.** A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, na forma do Anexo IV (Opção 2) deste Termo de Referência.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

7.1.1 Visando a execução do objeto deste Termo de Referência, a Licitante vencedora se obriga a:

7.1.1.1 Iniciar as atividades imediatamente após a emissão da Ordem de Serviço, que será expedida pelo IFRS – Campus Porto Alegre.

7.1.1.2 Designar um preposto que se responsabilizará pelo contrato com o IFRS – Campus Porto Alegre, sendo o elo de comunicação entre as partes, com autonomia para solucionar qualquer situação referente à execução contratual.

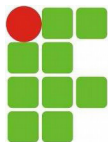
7.1.1.3 Quando solicitado, o preposto deverá estar imediatamente nas dependências do IFRS – Campus Porto Alegre para resolver qualquer situação referente à execução do serviço. Na impossibilidade da presença imediata do Preposto, a CONTRATADA deverá enviar um substituto para o mesmo.

7.1.1.4 Fornecer, antes do início da execução dos serviços, Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) de execução dos serviços contratados devidamente paga e assinada – emitida por profissional regularmente habilitado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA-RS). Não será permitido o início dos serviços no local sem a apresentação da ART.

7.1.1.5 Manter em perfeito estado de limpeza, ao longo do decorrer dos serviços, as áreas referentes às casas de máquinas do(s) elevador(es).

7.1.1.6 Manter os seus técnicos e empregados atualizados tecnologicamente, promovendo treinamentos e participação em eventos de caráter técnico que permitam a prestação dos serviços sempre em regime de excelência.

7.1.1.7 Fornecer uniformes e equipamentos adequados a todos os técnicos e empregados envolvidos na prestação dos serviços contratados, de



IFRS – POA	
Fls. n°	Rubrica

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Porto Alegre
Coordenadoria de Compras, Licitações e Contratos

acordo com o disposto no respectivo Acordo, Dissídio ou Convenção Coletiva de Trabalho, sem repassar quaisquer custos, em nenhuma hipótese, nem ao seu pessoal nem ao preço ajustado pela prestação dos serviços.

7.1.1.8 Manter seus técnicos e empregados, durante todo o tempo, devidamente uniformizados e identificados por meio de crachás, com fotografia recente, e em completas condições de higiene e segurança, bem como provê-los, às suas expensas, de todos os Equipamentos de Proteção Individual (E.P.I.) e de segurança necessários.

7.1.1.9 Fazer cumprir e assumir inteira responsabilidade pelo cumprimento, por parte de seus técnicos e empregados, de todas as normas internas e disciplinares determinadas pela CONTRATANTE, em especial das normas relativas à segurança do edifício onde serão executados os serviços e das Normas de Higiene e Segurança no Trabalho.

7.1.1.10 Manter sempre a disciplina nos locais de realização dos serviços, bem como substituir, sempre que demandado pela CONTRATANTE e independentemente de justificativa por parte desta, imediatamente, após a notificação, qualquer de seus técnicos ou empregados que estiver sem uniforme ou crachá, que embarçar ou dificultar o trabalho ou a atuação da FISCALIZAÇÃO ou, ainda, cuja conduta, atuação, permanência e/ou comportamento sejam considerados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da repartição ou ao interesse do Serviço Público, além de impedir, também, qualquer futuro retorno desta pessoa às dependências Do IFRS – Campus Porto Alegre, na condição de prestador de serviço da CONTRATADA.

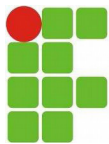
7.1.2 Em até quinze (15) dias, após assinado o contrato, a CONTRATADA deverá apresentar:

7.1.2.1 Elaborar e apresentar à fiscalização da CONTRATANTE, “Relatório Técnico de Inspeção”, devidamente assinado pelo engenheiro mecânico responsável, em papel timbrado da empresa, e, também, por meio eletrônico, de todas as instalações e equipamentos/sistemas cuja manutenção esteja sob sua responsabilidade, especificando detalhadamente a situação em que se encontram os equipamentos objetos da operação e manutenção. Esse relatório não eximirá a empresa das correções nos sistemas que se fizerem necessárias.

7.1.2.2 Lista dos seus funcionários que terão acesso às dependências do IFRS - Campus Porto Alegre durante a execução do contrato, contendo nome completo, filiação, data de nascimento, endereço de residência, número da carteira de identidade e do CPF/MF.

7.1.2.3 Fixar em cada cabina placa indicativa com nome da empresa, endereço e telefone atualizados.

7.1.2.4 Formalizar junto a CONTRATANTE os procedimentos para



IFRS – POA	
Fls. n°	Rubrica

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Porto Alegre
Coordenadoria de Compras, Licitações e Contratos

abertura e controle dos chamados técnicos, bem como instituir livro para Registro de Ocorrências.

7.1.3 Os serviços devem ser realizados conforme especificados:

7.1.3.1 SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA

7.1.3.2 Considera-se manutenção preventiva como aquela destinada a manter o funcionamento seguro dos elevadores e evitar a ocorrência de defeitos em todos os componentes dos equipamentos, conservando-os dentro dos padrões de segurança e em perfeito estado de funcionamento, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas da ABNT, inclusive dos fabricantes.

7.1.3.3 A manutenção preventiva deverá ser executada em observância às atividades do plano básico de manutenção - Anexo B do Termo de Referência, devendo ser agendadas com a FISCALIZAÇÃO e executadas no horário de expediente do IFRS - Campus Porto Alegre, de modo que não prejudique as atividades do CONTRATANTE.

7.1.3.4 Em caráter excepcional as manutenções poderão ser executadas fora do expediente normal desde que a FISCALIZAÇÃO solicite previamente ou a CONTRATADA firme acordo com a FISCALIZAÇÃO através de notificação oficial.

7.1.3.5 Na primeira semana de cada mês deverá a CONTRATADA realizar inspeção/manutenção mensal de caráter preventivo, independentemente de solicitação da CONTRATANTE, encaminhando posteriormente relatório de diagnóstico mensal dos serviços executados, peças ou componentes substituídos e quaisquer outras informações pertinentes sobre a manutenção e estado de conservação dos elevadores.

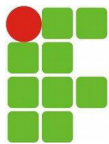
7.1.3.6 Para toda manutenção preventiva, a CONTRATADA deverá emitir relatório detalhado dos serviços executados, utilizando-se do modelo disponível no Anexo C deste Termo de Referência.

7.1.3.7 O relatório de diagnóstico mensal será encaminhado via correio eletrônico (e-mail) logo após a inspeção/manutenção mensal e posteriormente, de maneira formal e assinado pelo responsável técnico da empresa, em anexo à nota fiscal/fatura do mês em referência.

7.1.3.8 A manutenção preventiva incluirá toda mão de obra, ferramentas, equipamentos e materiais de consumo e transportes necessários para reparar e/ou substituir eventuais peças dos equipamentos a serem mantidos e poderá incluir o fornecimento de peças e componentes de reposição às expensas da CONTRATADA.

7.1.3.9 SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA

7.1.3.10 Considera-se manutenção corretiva como aquela destinada a reparar e consertar defeitos apresentados nas instalações dos elevadores,



IFRS – POA	
Fls. n°	Rubrica

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Porto Alegre
Coordenadoria de Compras, Licitações e Contratos

promovendo o seu pronto restabelecimento, eliminando defeitos mediante a execução de regulagens, ajustes mecânicos e eletrônicos, bem como substituição de peças e componentes que apresentarem danos, e mantendo-os em perfeito funcionamento.

7.1.3.11 A manutenção corretiva será executada sempre que houver necessidade de consertos e reparos para restaurar o perfeito funcionamento dos elevadores do IFRS - Campus Porto Alegre, podendo ser requerida pela FISCALIZAÇÃO ou constatada pela CONTRATADA.

7.1.3.12 A execução dos serviços de manutenção corretiva dos equipamentos deve ser executada conforme previsto no manual e nas orientações do fabricante do equipamento, visando a garantia do funcionamento seguro e contínuo dos equipamentos. Para a execução dos serviços deve-se observar o plano básico de manutenção, disposto no anexo B do Termo de Referência.

7.1.3.13 A CONTRATADA deverá efetuar os consertos dos defeitos existentes quando do início dos serviços, ainda que provenientes de manutenção e/ou instalação deficiente, promovendo a substituição de peças que apresentem desgaste natural e que possam comprometer a segurança ou o bom funcionamento dos elevadores, sem nenhum ônus adicional ao CONTRATANTE.

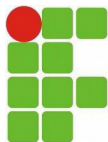
7.1.3.14 A manutenção corretiva deve ser executada por pessoal próprio da empresa e habilitado para o desempenho da função, sob a supervisão direta do Responsável Técnico da CONTRATADA.

7.1.3.15 Para a execução dos serviços o empregado da empresa deverá dirigir-se previamente à fiscalização do contrato e identificar-se, sendo os serviços executados, preferencialmente, de segunda à sexta, em horário comercial.

7.1.3.16 A CONTRATADA deve garantir o pronto atendimento às solicitações do IFRS - Campus Porto Alegre (chamados emergenciais e de manutenção corretiva), independente do horário em que os mesmos venham ocorrer, todos os dias da semana, inclusive feriados, admitindo-se um prazo máximo para atendimento (chegada de um técnico ao local) de:

- a) 1 (uma) hora a contar do recebimento do chamado em casos de acidentes e/ou parada do elevador com pessoas presas na cabina.
- b) 2 (duas) horas a contar do recebimento do chamado nos demais casos.

7.1.3.17 Decorridos os prazos sem o devido atendimento ou solução do problema, fica a CONTRATANTE autorizada a contratar esses serviços de outra empresa e a cobrar da empresa CONTRATADA os custos respectivos, sem que tal fato acarrete qualquer perda quanto à garantia dos equipamentos e materiais ofertados, sem prejuízo das penalidades previstas



IFRS – POA	
Fls. n°	Rubrica

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Porto Alegre
Coordenadoria de Compras, Licitações e Contratos

neste termo.

7.1.3.18 Ocorrendo visita inconclusa (visita na qual o problema não seja solucionado, ou seja, parcialmente solucionado), a CONTRATADA deverá cuidar para que os prazos estipulados não sejam extrapolados, retornando tempestivamente para regularização da pendência dentro do prazo original, sem qualquer acréscimo de tempo. Os relatórios das visitas inconclusas deverão ser detalhados com informações que explicitem os motivos que impossibilitaram a regularização do problema já na primeira intervenção. Tais informações deverão constar, também, no respectivo Livro de Registro de Ocorrências.

7.1.3.19 Caso os serviços de manutenção não possam ser executados nas dependências do CONTRATANTE, o procedimento de retirada dos equipamentos para reparos, mesmo que o conserto seja realizado em outro Estado da Federação, será de inteira responsabilidade da CONTRATADA, inclusive o ônus integral do transporte. A retirada do equipamento poderá ser efetuada após a assinatura do respectivo Termo de Responsabilidade, emitido pelo CONTRATANTE.

7.1.3.20 A CONTRATADA deverá manter nas dependências das edificações: placas, dobráveis e rígidas indicativas de "ELEVADOR EM MANUTENÇÃO" em quantidades suficientes para todos os andares do elevador que estiver em manutenção, com o objetivo de impedir a entrada de pessoas no mesmo.

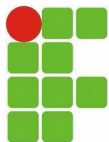
7.1.3.21 Para toda manutenção corretiva, a CONTRATADA deverá emitir relatório técnico detalhado dos serviços executados, do qual conste, no mínimo, a identificação do elevador, data da manutenção, horário de início e término dos serviços, nome do funcionário que executou o serviço e problema apresentado, com enumeração das peças eventualmente substituídas, com especificação detalhada.

7.1.3.22 O relatório técnico detalhado deverá ser encaminhado via correio eletrônico (e-mail) logo após os serviços serem executados, e posteriormente, de maneira formal e assinado pelo responsável técnico da empresa, em anexo à nota fiscal/fatura do mês em referência.

7.1.3.23 A execução da manutenção corretiva poderá ser acompanhada pela FISCALIZAÇÃO, que deverá atestar a realização da mesma.

7.1.4 A CONTRATADA deverá realizar uma vistoria anual destinada à inspecionar e testar todos os componentes dos elevadores, conforme requisitos previstos no Anexo E da Norma ABNT NM-207, para mantê-los em perfeito funcionamento.

7.1.5 A execução da vistoria anual deverá ser previamente programada com a FISCALIZAÇÃO, que acompanhará a vistoria e a realização dos testes e analisará o relatório a ser apresentado pela empresa.



IFRS – POA	
Fls. n°	Rubrica

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Porto Alegre
Coordenadoria de Compras, Licitações e Contratos

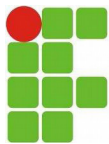
7.1.6 Deverá ser entregue à FISCALIZAÇÃO (em meio físico e digital) um relatório gráfico e fotográfico contendo a análise da situação atual e um parecer quanto à inspeção anual realizada em cada equipamento, apresentando os critérios utilizados e o resultado dos testes, juntamente com a respectiva ART, contendo no mínimo a análise quanto aos itens:

1. Execução de testes conforme previsto no anexo E da norma ABNT NM-207;
2. Teste de todos os dispositivos da cadeia elétrica de segurança do elevador;
3. Teste dos dispositivos de travamento das portas de pavimento e de cabina;
4. Teste dos dispositivos de segurança e emergência: iluminação de emergência, alarme, inter-comunicador, barra de segurança das portas de cabina, comando de inspeção sobre a cabina, comando de inspeção e iluminação do poço e outros;
5. Inspeção dos cabos de aço de tração;
6. Inspeção dos cabos de aço de compensação ou corrente de compensação, se existir;
7. Inspeção dos cabos de aço e da polia do limitador de velocidade;
8. Inspeção do dispositivo limitador de velocidade;
9. Inspeção da polia de tração e da polia de desvio e de compensação, se existir;
10. Inspeção geral da máquina de tração: análise geral, motor de tração, freio da máquina, vazamento de óleo, folgas e desgaste de engrenagens;
11. Inspeção do motor de corrente contínua, se existir: avaliação geral, desgaste do coletor e escovas.
12. Inspeção do gerador de corrente contínua, se existir: avaliação geral, desgaste do coletor e escovas;
13. Inspeção das portas de pavimento: folgas, correções, roletes, cabos transportadores, contatos elétricos, dispositivo de abertura de emergência. Se existir, avaliação da mola hidráulica e fecho eletro-mecânico das portas semi-automáticas;
14. Inspeção geral do painel de comando, do operador de portas de cabina e das portas de cabina;
15. Avaliação da limpeza e conservação da casa de máquinas, da caixa de corrida e do poço;
16. Avaliação geral da limpeza, ajustes e lubrificação dos componentes do elevador;
17. Indicação/sugestão de melhorias técnicas e de segurança para os equipamentos.

7.1.7 A análise dos resultados deverá orientar as ações das manutenções futuras pela CONTRATADA.

7.1.8 A FISCALIZAÇÃO poderá manifestar-se por escrito quanto à qualidade dos serviços executados e correções a serem realizadas, sujeitando o licitante às penas previstas neste contrato nos casos de não cumprimento parcial ou integral das atividades previstas neste contrato.

7.1.9 As correções, pendências ou deficiências apontadas na manifestação escrita, inerentes a prestação dos serviços, devem ser prontamente corrigidas pela CONTRATADA.



IFRS – POA	
Fls. n°	Rubrica

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Porto Alegre
Coordenadoria de Compras, Licitações e Contratos

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

8.1. Gestão do contrato

8.1.1 A equipe de fiscalização contratual será composta por:

8.1.1.1 **Gestor do Contrato:** terá a função de coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outros;

8.1.1.2 **Fiscal Técnico:** será responsável pelo acompanhamento com o objetivo de acompanhar e avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado, podendo ser auxiliado pela fiscalização pelo público usuário;

8.1.2 Os mecanismos de comunicação a serem estabelecidos entre o órgão ou entidade e a prestadora de serviços se darão da seguinte forma:

8.1.2.1 Os contatos serão realizados entre a equipe de gestão e fiscalização do contrato e o preposto, representante designado pela empresa para tratar de assuntos relacionados a execução do contrato e sanar possíveis inconsistências ou incompatibilidades nas atividades executadas.

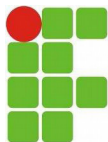
8.1.2.2 As comunicações entre CONTRATADA e CONTRATANTE serão realizadas preferencialmente via Ofício ou, dependendo da necessidade da celeridade da informação ou da urgência, via e-mail institucional da CONTRATANTE e comercial da CONTRATADA e também via telefone, sendo que a CONTRATADA deverá dar o tratamento adequado às solicitações em todas as formas de comunicação elencadas.

8.2. Critérios de medição

8.2.1 A aferição dos resultados dos serviços para fins de pagamento da CONTRATADA, será realizada com base no IMR (Instrumento de Medição de Resultados), sendo que somente após essa apuração e emissão do termo de recebimento definitivo, poderá ser realizada emissão de Nota Fiscal pela CONTRATADA.

8.2.2 Para efeitos de acompanhamento da execução contratual, será aplicado o IMR constante no Anexo V.

8.2.3 A utilização do IMR não impede que a contratante utilize critérios complementares que considerar mais adequados para avaliar a qualidade dos serviços prestados.



IFRS – POA	
Fls. n°	Rubrica

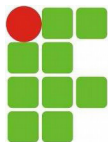
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Porto Alegre
Coordenadoria de Compras, Licitações e Contratos

8.2.4 Nos termos do Anexo VIII-A da IN SEGES/MPDG nº 5/2017, após aferição da qualidade da prestação dos serviços, poderá haver o redimensionamento do valor a ser faturado com base nos indicadores estabelecidos neste termo de referência.

8.2.5 Quando do faturamento, a empresa deverá emitir uma nota fiscal mensal referente aos serviços de manutenção preventiva e corretiva, conforme termo de recebimento definitivo.

9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

- 9.1. Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, promovendo sua substituição quando necessário, sendo que seus custos deverão estar previstos nos custos dos serviços de manutenção.
- 9.2. As peças e componentes a serem empregados nos equipamentos devem ser novos (de primeiro uso), comprovadamente de primeira qualidade, originais e genuínos, fornecidos pelos fabricantes ou distribuidor homologado, devendo estar de acordo com as especificações técnicas e ser submetidos à aprovação da FISCALIZAÇÃO, sem implicar em ônus extras ao Contrato.
- 9.3. É vedado o emprego de peças e componentes reaproveitados (usados) ou reconicionados, sob pena de infração contratual sujeita à multa prevista em lei.
- 9.4. A procedência, originalidade e certificação das peças e componentes deverão ser comprovadas pela CONTRATADA, através da apresentação de Nota Fiscal do fornecedor credenciado/homologado pelo fabricante do equipamento.
- 9.5. O prazo para instalação das peças e equipamentos é de:
 - a) 24 (vinte e quatro) horas, contados da abertura do chamado, para as peças que a CONTRATADA dispuser em seu estoque.
 - b) 5 (cinco) dias úteis, contados da abertura do chamado, para as peças a serem adquiridas pela CONTRATADA junto aos seus fornecedores. A aquisição deverá ser comprovada mediante apresentação de nota fiscal no decorrer do período. O prazo de que trata essa alínea poderá ser prorrogado a pedido da CONTRATADA, mediante justificativa comprovada, e aceita pela FISCALIZAÇÃO.
- 9.6. A empresa deverá assegurar a garantia, de no mínimo 12 (doze) meses, para as peças/componentes/acessórios fornecidos, ou, se maior, a garantia determinada pelo fabricante.
- 9.7. A CONTRATADA deverá se responsabilizar pelo transporte de peças ou equipamentos, tanto na retirada como no retorno dos mesmos e entregar por sua conta e risco as peças.
- 9.8. A CONTRATADA deverá recolher e destinar os itens e materiais substituídos, não sendo admitido que os mesmos permaneçam nas dependências da CONTRATANTE.



IFRS – POA	
Fls. n°	Rubrica

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Porto Alegre
Coordenadoria de Compras, Licitações e Contratos

9.8.1 O transporte e a destinação correta desses resíduos deverão obedecer a Legislação ambiental vigente sobre o tema em âmbito nacional, estadual e do município de Porto Alegre, bem como as Resoluções do CONAMA e CONSEMA.

9.9. Não fazem parte da cobertura de peças desta modalidade de contrato (manutenção integral) os seguintes itens:

9.9.1 Itens de acabamento em geral e elementos decorativos

9.9.2 Quaisquer testes de segurança diversos daqueles exigidos pela legislação vigente na data do início da execução deste contrato, e a modificação e/ou instalação de novos acessórios, mesmo que recomendados por companhias de seguro ou autoridades governamentais;

9.9.3 Modernização ou aperfeiçoamento do equipamento, requeridas ou não por órgãos oficiais de fiscalização ou companhias de seguro, inclusive se determinadas pelo desenvolvimento de novas técnicas que tenham tornado obsoletas partes do atual equipamento.

9.9.4 Substituição ou encurtamento dos cabos de aço e substituição ou retificação das polias de tração.

9.10. Havendo necessidade de troca de peças não inclusas nos serviços habituais de manutenção corretiva e preventiva, bem como a necessidade de modernização ou aperfeiçoamento do equipamento, deve a CONTRATADA informar à FISCALIZAÇÃO do contrato, por escrito, todas as características da peça (marca, modelo, dimensões, etc.) que permitam a pesquisa no mercado do preço da peça.

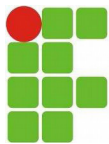
9.10.1 A CONTRATADA deverá apresentar o orçamento de que trata o item anterior para apreciação da fiscalização, que deverá verificar se os orçamentos condizem com o preço de mercado e aprovar o pagamento mediante ressarcimento, de acordo com o menor preço.

9.10.2 Caso a FISCALIZAÇÃO verifique que os orçamentos apresentados estão acima do preço de mercado, a empresa será reembolsada de acordo com o valor de mercado identificado pela CONTRATANTE.

9.11. Toda e qualquer substituição de peças e/ou componentes ou execução de serviços que acarrete ônus ao IFRS - Campus Porto Alegre, deverá ser previamente verificada e aprovada pela fiscalização. Qualquer dispêndio não previsto neste contrato necessita de uma autorização prévia e expressa do IFRS - Campus Porto Alegre e, nestes casos, a contratada deverá comunicar imediatamente a fiscalização, apresentando orçamento detalhado das peças e/ou componentes.

10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

10.1. A demanda do órgão é de manutenção permanente das condições de uso dos elevadores listados no item 1.4, por meio de manutenções periódicas preventivas e eventuais manutenções corretivas, com fornecimento de peças,



IFRS – POA	
Fls. n°	Rubrica

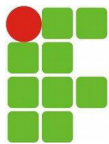
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Porto Alegre
Coordenadoria de Compras, Licitações e Contratos

acessórios, materiais e mão de obra.

- 10.2.** O fluxo de pessoas que utilizam as instalações do IFRS Campus Porto Alegre, nos períodos letivos, é de aproximadamente 2.000 usuários.
- 10.3.** As licitantes deverão ofertar preços para todos os itens que compõem o grupo, sob pena de desclassificação, conforme modelo de proposta de preços constante no Anexo III do Edital.
- 10.4.** No custo dos serviços devem estar incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 11.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 11.2.** Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 11.3.** Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 11.4.** Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 11.5.** Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 11.6.** Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
- 11.6.1 exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
 - 11.6.2 direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
 - 11.6.3 considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 11.7.** Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos



IFRS – POA	
Fls. n°	Rubrica

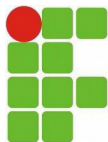
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Porto Alegre
Coordenadoria de Compras, Licitações e Contratos

serviços objeto do contrato;

- 11.8.** Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 11.9.** Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 11.10.** Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;
- 11.11.** Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 12.1.** Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 12.2.** Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 12.3.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos.
- 12.4.** A CONTRATADA deverá fornecer, mensalmente, sob pena de não atesto da fatura, "Check list Manutenção e de registros de ocorrências", conforme modelo disponível no anexo C do Termo de Referência, de todos os serviços executados, devidamente assinados pelo responsável técnico.
- 12.5.** Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos especializados necessários para a execução dos serviços objeto desta contratação, em conformidade com as normas e determinações em vigor.
- 12.6.** Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão CONTRATANTE, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.
- 12.7.** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor

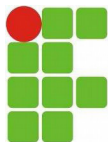


IFRS – POA	
Fls. n°	Rubrica

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Porto Alegre
Coordenadoria de Compras, Licitações e Contratos

responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.

- 12.8.** Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE.
- 12.9.** Comunicar à fiscalização do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal, acidente que se verifique no local dos serviços, condições inadequadas ou a iminência de ocorrências que possam prejudicar o perfeito funcionamento dos equipamentos.
- 12.10.** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento, atendendo prontamente às observações e exigências apresentadas pela CONTRATANTE.
- 12.11.** Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 12.12.** Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 12.13.** Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 12.14.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 12.15.** Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 12.16.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.



IFRS – POA	
Fls. nº	Rubrica

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Porto Alegre
Coordenadoria de Compras, Licitações e Contratos

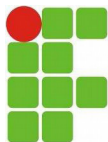
- 12.17.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 12.18.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 12.19.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, devendo orientar seus empregados nesse sentido.
- 12.20.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.21.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE.
- 12.22.** Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.
- 12.23.** Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:
- 12.23.1 O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
- 12.23.2 Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

13. SUBCONTRATAÇÃO

- 13.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

14. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 14.1.** É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais



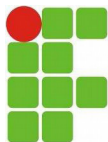
IFRS – POA	
Fls. n°	Rubrica

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Porto Alegre
Coordenadoria de Compras, Licitações e Contratos

cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 15.1.** O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 15.2.** O representante da CONTRATANTE deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.
- 15.3.** A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.
- 15.4.** A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 15.5.** A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
- 15.6.** O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 15.7.** O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 15.8.** As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.
- 15.9.** A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme



IFRS – POA	
Fls. n°	Rubrica

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Porto Alegre
Coordenadoria de Compras, Licitações e Contratos

modelo previsto no Anexo V do Edital, para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a contratada:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

15.10. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

15.11. Durante a execução do objeto, a fiscalização deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

15.12. A FISCALIZAÇÃO deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.13. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.14. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pela fiscalização, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

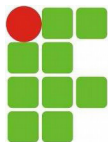
15.15. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

15.16. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

15.17. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.18. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

- 15.18.1 Acompanhar o prestador de serviço até o local que será feita a manutenção preventiva e/ou corretiva;
- 15.18.2 Receber Relatórios Técnicos (Check List) entregue pelo prestador,



IFRS – POA	
Fls. n°	Rubrica

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Porto Alegre
Coordenadoria de Compras, Licitações e Contratos

onde constam os serviços executados;

15.18.3 Informar ao Gestor de Contrato toda e qualquer irregularidade na execução do contrato, para que o mesmo tome as medidas pertinentes;

15.18.4 Realizar consultas cadastrais da contratada no SICAF;

15.18.5 Emitir os relatórios de recebimento provisório;

15.18.6 Verificar as ocorrências do mês para ajuste no valor do pagamento, conforme IMR, se for o caso.

15.18.7 Submeter documentos ao gestor para emissão do termo de recebimento definitivo e ateste dos serviços.

15.19. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

15.20. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

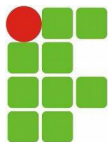
16.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do termo de recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

16.2. No prazo de até 5 (cinco) dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

16.3. O recebimento provisório será realizado pela FISCALIZAÇÃO, após envio pela CONTRATADA, do relatório técnico de inspeção, da seguinte forma:

16.3.1 A CONTRATANTE realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

16.3.1.1 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o FISCAL TÉCNICO do contrato apurará o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à CONTRATADA, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.



IFRS – POA	
Fls. n°	Rubrica

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Porto Alegre
Coordenadoria de Compras, Licitações e Contratos

16.3.1.2 A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à FISCALIZAÇÃO não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

16.3.1.3 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

16.3.2 No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento dos documentos da contratada, o FISCAL TÉCNICO deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao GESTOR DO CONTRATO.

16.3.2.1 quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

16.3.2.2 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

16.3.2.2.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

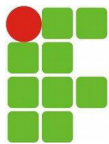
16.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o GESTOR DO CONTRATO deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

16.4.1 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à contratada, por escrito, as respectivas correções;

16.4.2 Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

16.4.3 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

16.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade



IFRS – POA	
Fls. n°	Rubrica

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Porto Alegre
Coordenadoria de Compras, Licitações e Contratos

da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

- 16.6.** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pela fiscalização do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

17. PAGAMENTO

- 17.1.** O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias úteis, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

17.1.1 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

- 17.2.** A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

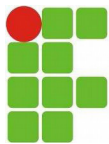
- 17.3.** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.3.1 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

- 17.4.** O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 17.4.1 o prazo de validade;
- 17.4.2 a data da emissão;
- 17.4.3 os dados do contrato e do órgão contratante;
- 17.4.4 o período de prestação dos serviços;
- 17.4.5 o valor a pagar; e
- 17.4.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

- 17.5.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não



IFRS – POA	
Fls. n°	Rubrica

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Porto Alegre
Coordenadoria de Compras, Licitações e Contratos

acarretando qualquer ônus para a Contratante;

17.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

17.6.1 não produziu os resultados acordados;

17.6.2 deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

17.6.3 deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

17.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

17.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

17.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

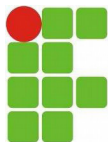
17.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

17.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

17.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

17.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

17.13.1 Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.



IFRS – POA	
Fls. n°	Rubrica

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Porto Alegre
Coordenadoria de Compras, Licitações e Contratos

- 17.14.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.
- 17.15.** É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.
- 17.16.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad = \quad \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

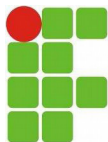
18. REAJUSTE

- 18.1.** Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

18.1.1 Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA fornecido pelo IBGE, ou, caso esse índice venha a ser extinto, o IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), fornecido pela Fundação Getúlio Vargas, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

- 18.2.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

- 18.3.** No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.



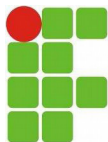
IFRS – POA	
Fls. n°	Rubrica

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Porto Alegre
Coordenadoria de Compras, Licitações e Contratos

- 18.4.** Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 18.5.** Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 18.6.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 18.7.** O reajuste será realizado por apostilamento.

19. GARANTIA DA EXECUÇÃO

- 19.1.** O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.
- 19.2.** No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro- garantia ou fiança bancária.
- 19.2.1** A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).
- 19.2.2** O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.
- 19.3.** A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.
- 19.4.** A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- 19.4.1** prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 19.4.2** prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- 19.4.3** multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- 19.4.4** obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.



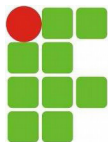
IFRS – POA	
Fls. n°	Rubrica

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Porto Alegre
Coordenadoria de Compras, Licitações e Contratos

- 19.5.** A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.
- 19.6.** A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 19.7.** Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.
- 19.8.** No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 19.9.** No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 19.10.** Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 19.11.** A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 19.12.** Será considerada extinta a garantia:
- 19.12.1 com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- 19.12.2 no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.
- 19.13.** O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 19.14.** A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 20.1.** Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:
- 20.1.1 inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 20.1.2 ensejar o retardamento da execução do objeto;



IFRS – POA	
Fls. n°	Rubrica

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Porto Alegre
Coordenadoria de Compras, Licitações e Contratos

20.1.3 falhar ou fraudar na execução do contrato;

20.1.4 comportar-se de modo inidôneo; ou

20.1.5 cometer fraude fiscal.

20.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

20.2.1 **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

20.2.2 Multa de:

20.2.2.1 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

20.2.2.2 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

20.2.2.3 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

20.2.2.4 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 3 e 4, abaixo; e

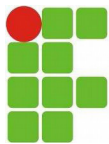
20.2.2.5 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

20.2.2.6 as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

20.2.3 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos.

20.2.4 Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

20.2.4.1 A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como



IFRS – POA	
Fls. nº	Rubrica

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Porto Alegre
Coordenadoria de Compras, Licitações e Contratos

infração administrativa no subitem 20.1 deste Termo de Referência.

20.2.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

20.3. As sanções previstas nos subitens 20.2.1, 20.2.3, 20.2.4 e 20.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

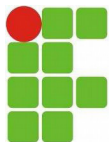
20.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor da fatura mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor da fatura mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor da fatura mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor da fatura mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor da fatura mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou conseqüências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		



IFRS – POA	
Fls. n°	Rubrica

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Porto Alegre
Coordenadoria de Compras, Licitações e Contratos

6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

20.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

20.5.1 Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

20.5.2 Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

20.5.3 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

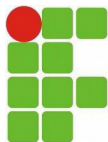
20.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

20.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

20.7.1 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

20.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto



IFRS – POA	
Fls. n°	Rubrica

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Porto Alegre
Coordenadoria de Compras, Licitações e Contratos

de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

20.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

20.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

20.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

21. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

21.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

21.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

21.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor estão elencados no item 5 deste Termo de Referência.

21.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

21.4.1 Valor global: R\$ 128.824,00 (cento e vinte e oito mil, oitocentos e vinte e quatro reais).

21.4.2 Abaixo quadro resumo contendo a estimativa de custos.

Descrição	Valor mensal (R\$)	Valor anual (R\$)
Itens 01, 02, 03, 04, 05, 06 e 07 – Serviços de manutenção preventiva e corretiva	R\$ 10.735,33	R\$ 128.824,00
Total anual estimado	R\$ 128.824,00	

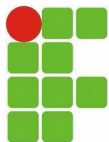
21.5. As proponentes deverão ofertar preços para os todos os itens que compõem o grupo, conforme **tabela do item 1.5** deste termo, sob pena de desclassificação.

21.6. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

21.7. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

22. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

22.1. O custo estimado da contratação é o previsto no valor global máximo.



IFRS – POA	
Fls. n°	Rubrica

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Porto Alegre
Coordenadoria de Compras, Licitações e Contratos

22.2. Tal valor foi obtido a partir da observância ao disposto no Inciso V do art. 1º da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 20 DE ABRIL DE 2017: “pesquisa com os fornecedores, desde que as datas das pesquisas não se diferenciem em mais de 180 (cento e oitenta) dias”. A escolha justifica-se pela especificidade do objeto da licitação. Os elevadores instalados no IFRS - Campus Porto Alegre possuem características muito específicas pelo tempo de funcionamento e pelo fato de alguns modelos serem mais antigos.

22.3. Foi utilizada a média dos valores obtidos como metodologia de obtenção de preços de referência para a contratação, sendo desconsiderados os preços consideravelmente baixos e elevados.

Porto Alegre, 24 de julho de 2019

Responsáveis pela elaboração do Termo de Referência

Lenon Gomes Medeiros
SIAPE 2031869

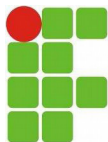
Carolina Kruse Ramos
SIAPE 2171308

Milene Gehling Liska
SIAPE 1674045

João Adriano Muller Pereira Muller
SIAPE 2170778

Ricardo Costa da Rosa
SIAPE 2172949

Equipe de Planejamento, designada através da Ordem de Serviço nº 01/2019, de 13 de maio de 2018



IFRS – POA	
Fls. n°	Rubrica

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Porto Alegre
Coordenadoria de Compras, Licitações e Contratos

ANEXO A

ESTUDOS PRELIMINARES

Necessidade da administração:

A necessidade é a Contratação de Pessoa Jurídica para a manutenção preventiva, corretiva e preditiva com fornecimento de peças dos elevadores do IFRS Campus Porto Alegre.

Nº da OS de designação da Equipe de Planejamento:

Ordem de Serviço 01/2019, de 13 de maio de 2019.

DIRETRIZES QUE NORTEARÃO OS ESTUDOS PRELIMINARES:

1. Há normativos que disciplinam os serviços a serem contratados, de acordo com a sua natureza (legislação, normas técnicas, acórdãos e súmulas, portarias...)? Especifique.

Reparos no equipamento são orientados pela norma ABNT NBR 16083:2012 - Manutenção de elevadores, escadas rolantes e esteiras rolantes — Requisitos para instruções de manutenção. Elaborada pelo Comitê Brasileiro de Máquinas e Equipamentos Mecânicos (ABNT/CB-004), a norma especifica os elementos necessários para operações de manutenção de elevadores de passageiros, elevadores de cargas, elevadores de passageiros e cargas, monta-cargas, escadas rolantes e esteiras rolantes.

A ABNT NBR 16083:2012 aborda, entre outros itens, lubrificação e limpeza; verificação das funcionalidades; operações de resgate de passageiros; operações de configurações e ajustes; reparos ou mudanças de componentes que podem ocorrer devido ao desgaste e que não afetem as características da instalação.

A ABNT NBR NM 207 - Elevadores elétricos de passageiros - Requisitos de segurança para construção e instalação, dispõe de regras de segurança relativas a elevadores de passageiros com vistas a proteger as pessoas e objetos contra os riscos de acidentes relacionados com as operações pelo usuário, de manutenção e de emergência de elevadores.

O Projeto de Lei nº 6125/2013 aprovado pela Comissão de Desenvolvimento Urbano, torna obrigatória a manutenção mensal de elevadores, plataformas, escadas e esteiras rolantes instalados em edifícios residenciais, comerciais e de serviços públicos.

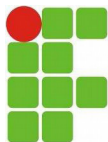
A proposta determina que projetos, especificações técnicas, instalações e manutenção desses equipamentos devem atender ao estabelecido nesta lei e às regras da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e deverão ser submetidos à manutenção preventiva mensal, a ser realizada por empresa especializada com registro no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA).

ABNT NBR 16042:2012 - Elevadores elétricos de passageiros — Requisitos de segurança para construção e instalação de elevadores sem casa de máquinas.

ABNT NBR 15597:2010 - Requisitos de segurança para a construção e instalação de elevadores - Elevadores existentes - Requisitos para melhoria da segurança dos elevadores elétricos de passageiros e elevadores elétricos de passageiros e cargas.

ABNT NBR 12892:2009 - Elevadores unifamiliares ou de uso restrito à pessoa com mobilidade reduzida - Requisitos de segurança para construção e instalação.

ABNT NBR NM 313:2007 - Elevadores de passageiros - Requisitos de segurança para construção e instalação - Requisitos particulares para a acessibilidade das pessoas, incluindo pessoas com deficiência.



IFRS – POA	
Fls. n°	Rubrica

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Porto Alegre
Coordenadoria de Compras, Licitações e Contratos

ABNT NBR NM 267:2002 - Elevadores hidráulicos de passageiros - Requisitos de segurança para construção e instalação.

ABNT NBR NM 196-DEZ: 1999 - Elevadores de passageiros e monta-cargas - Guias para carros e contrapesos - Perfil T.

ABNT NBR NM 207:1999 - Elevadores elétricos de passageiros - Requisitos de segurança para construção e instalação.

ABNT NBR 14364:1999 - Elevadores e escadas rolantes - Inspetores de elevadores e escadas rolantes - Qualificação.

ABNT NBR 10982:1990 - Elevadores elétricos - Dispositivos de operação e sinalização - Padronização.

ABNT NBR 5665:1983. Versão Corrigida: 1987 - Cálculos do tráfego nos elevadores.

ABNT NBR 5462:1994 - Confiabilidade e manutenibilidade

NBR 9050/2015 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos - Esta Norma estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem observados quanto ao projeto, construção, instalação e adaptação do meio urbano e rural, e de edificações às condições de acessibilidade.

NBR 13994/2000 - Elevadores de passageiros - Elevadores para transporte de pessoa portadora de deficiência - Esta norma fixa as condições exigíveis na elaboração do projeto, fabricação e instalação de elevadores de passageiros, com o fim de adequá-los com características para transportar pessoas portadoras de deficiência que podem locomover-se sem o auxílio de terceiros.

NBR NM 313/2007 - Elevadores de passageiros - Requisitos de segurança para construção e instalação - Requisitos particulares para a acessibilidade das pessoas, incluindo pessoas com deficiência - Esta Norma especifica os requisitos para o acesso e uso seguros e independentes de elevadores por pessoa, incluindo pessoas com as deficiências mencionadas na Tabela B. 1 do Anexo B.

2. Se houve contratação anterior no IFRS analisar as inconsistências a fim de prevenir a ocorrência destas neste processo.

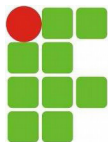
Ao analisar o último contrato (90/2014) referente ao Pregão Eletrônico N° 68/2014, esta equipe de planejamento concluiu o seguinte:

No contrato anterior, constava a possibilidade de a contratada fazer a troca de peças mediante ressarcimento por parte da Administração Pública o que gerava falta de planejamento financeiro e impossibilidade de pesquisa de preços anterior à instalação das peças. No novo processo, haverá uma lista estimativa com possíveis peças que poderão ser instaladas nos próximos 5 (cinco) anos. Indica-se ainda que, nos itens de manutenção, haja a previsão de troca de peças por parte da contratada que deverá fornecer o orçamento com base nessa lista.

Constatou-se também dificuldades para que a empresa fornecedora cumpra os requisitos contratuais e editais. A solução encontrada que deverá ser inserida no próximo contrato é a inclusão do Instrumento de Medição de Resultados - IMR.

3. Avaliar a necessidade de classificação dos Estudos Preliminares nos termos da Lei 12.527/2011.

O edital de licitação terá ampla divulgação nos meios oficiais e de comunicação do IFRS e o processo ficará à disposição na Coordenadoria de Compras, Licitações e Contratos do IFRS Campus Porto Alegre para consulta pública do mesmo, já que não se enquadra em hipóteses legais de sigilo, com base no art. 3º da Lei 12.527/2011.



IFRS – POA	
Fls. n°	Rubrica

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Porto Alegre
Coordenadoria de Compras, Licitações e Contratos

ESPECIFICAÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

4. Qual(is) a(s) justificativa(s) e/ou motivos para esta contratação?

DA JUSTIFICATIVA DE NECESSIDADE E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

O serviço de manutenção dos elevadores instalados nas dependências deste IFRS é indispensável para manter a segurança e o bom funcionamento das atividades desenvolvidas pela Instituição. Além disso, a contratação em tela é essencial para a promoção da acessibilidade na edificação predial das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, objetivamente conveniente ao interesse público.

A contratação possui a característica de serviço continuado de engenharia, pois se constitui em uma necessidade permanente da Administração Pública, não podendo ser paralisado, sob pena de prejuízo ao trânsito de servidores e comunidade acadêmica, bem como ao desenvolvimento das atividades fins do Órgão Público. O caráter continuado também se manifesta pelo fato de que o serviço de manutenção de elevador não é passível de divisão ou segmentação ao longo do tempo, e sim posto à disposição de forma permanente, em regime de sobreaviso ou prontidão.

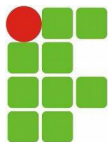
A contratação será efetivada mediante a utilização do critério de julgamento de “Menor Valor Global”, visando viabilizar o adequado gerenciamento dos fornecimentos e da prestação dos serviços e evitar o desperdício de recursos, e afastando riscos de eventuais prejuízos à administração e/ou de comprometimento da qualidade do produto final.

O serviço de manutenção de elevador pode ser enquadrado na categoria de serviço de engenharia comum, para fins do disposto no art. 4º, do Decreto 5.450, de 31 de maio de 2005, pois os seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital por meio de especificações usuais no mercado. Os serviços de manutenção preventiva, preditiva e corretiva podem ser descritos por especificações gerais, por meio de planos de manutenção recomendados pelo fabricante, de conhecimento público, sem prejuízo da qualidade do que se pretende contratar. Por fim, o serviço possui características padronizadas e se encontra disponível, a qualquer tempo, num mercado próprio.

Como se trata de atividade meio e não há funcionários no quadro de pessoal deste órgão para desempenhar o mencionado serviço, torna-se necessária a contratação do mesmo na forma preconizada pelo Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018. O serviço a ser contratado não exige dedicação exclusiva de mão de obra dos trabalhadores da contratada, pois a manutenção de elevadores possui um plano de manutenção semi-rígido com rotinas e periodicidade bem definidas, sendo desnecessária a presença contínua de um técnico especializado nas dependências onde se localizam os elevadores. Desta forma, a contratada será a responsável por prover todos os meios necessários à perfeita consecução dos serviços de manutenção.

A contratação ora tratada também será regida, no que couber, pelas disposições insertas na Instrução Normativa SLTI/MP n.º 02, de 30/04/2008, e suas alterações (IN SLTI/MP n.º 3, de 15/10/2009, IN SLTI/MP n.º 4, de 11/11/2009, IN/SLTI n.º 05, de 18/12/2009, IN/SLTI n.º 06, de 23/12/2013, IN/SLTI n.º 03/2014, de 24/06/2014, e Instrução Normativa n.º 4 de 19 de março de 2015); e nas demais disposições a serem estabelecidas no Edital e seus Anexos.

Adicionalmente, ainda serão aplicáveis à contratação do objeto do presente Termo de Referência as regras dispostas na Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002; no Decreto n.º 3.555, de 08 de agosto de 2000 e alterações posteriores; no Decreto 5.450, de 31 de maio de 2005; na Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, no Decreto n.º 8.538/2015, no Decreto n.º 7.983/2013, e, subsidiariamente, as normas da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações.



IFRS – POA	
Fls. n°	Rubrica

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Porto Alegre
Coordenadoria de Compras, Licitações e Contratos

Com o uso intensivo do elevador, torna-se imprescindível a manutenção preventiva, preditiva e corretiva, bem como o fornecimento de peças e acessórios básicos originais. O serviço deverá ser executado por empresa que disponha de mão de obra especializada, com a utilização de peças originais e equipamentos específicos, visando à realização de um trabalho seguro, confiável e que atenda prontamente às necessidades oriundas do ritmo de trabalho a que os elevadores são submetidos.

O fornecimento de peças pela CONTRATADA faz-se em decorrência da inexistência das mesmas neste IFRS e da urgência em adquiri-las na ocorrência de defeitos. A exigência de peças originais faz-se em consonância com os artigos 12 e 15 da Lei de Licitações e em virtude de apresentarem segurança, maior precisão, durabilidade e melhor controle de qualidade, forma pela qual o interesse público será atendido satisfatoriamente. A aquisição de peças e componentes de marca diversa dos equipamentos a que se destinam pode exigir adequações e adaptações na configuração original do fabricante, ocasionando danos aos equipamentos e comprometendo a segurança dos usuários. Demais disso, a adequada manutenção de elevadores constitui-se em uma forma de preservação do patrimônio público, de modo a se evitar gastos com novos elevadores em um breve espaço de tempo.

Diante do exposto, restam atendidos o interesse público e a economicidade por parte da Administração, de modo a possibilitar a melhor locomoção de pessoas e objetos e a realização dos trabalhos por parte de todos os usuários que transitam diariamente pelo prédio do IFRS Campus Porto Alegre.

DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO EM GRUPO ÚNICO

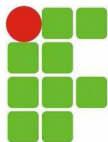
Justifica-se a contratação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva de elevadores para o IFRS - Campus Porto Alegre, com fornecimento de peças, em um único grupo, com base na análise das necessidades da Instituição, no tocante ao bom e seguro funcionamento dos equipamentos, tendo como elementos norteadores os princípios da:

- Legalidade, uma vez que tal possibilidade é admitida legalmente, tendo em vista diversos exemplos de contratação realizadas e em vigor na esfera pública;
- Eficiência, uma vez que o administrador deve buscar as melhores saídas, sob a legalidade da lei, bem como mais efetiva, visando obter a melhor resposta ao interesse público, implicando na maior eficácia do Estado na elaboração de suas ações;
- Finalidade, pois é dever do Administrador Público buscar os resultados mais práticos e eficazes, que devem estar ligados às necessidades e aspirações do interesse do público.

A divisão do objeto em itens tornaria prejudicadas a eficiência e eficácia desejadas, pois comprometeria a agilidade necessária para a solução de problemas advindos de pane e interrupções de funcionamento de elevadores, que porventura demandem a troca de peças, uma vez que a empresa responsável pela manutenção ficaria à mercê da disponibilidade e logística de outro (s) estabelecimento(s) comercial(is) para ter os itens à sua disposição e efetuar os reparos.

Tal solução permite, ainda, maior efetividade à fiscalização, no tocante:

- Ao acompanhamento de cumprimento de prazos específicos para cada tipo de intervenção de reparos corretivos e atendimentos emergenciais;
- À verificação de regularidade da especificação das peças, acompanhamento de seus prazos de garantia e atribuição de responsabilidades pela instalação. Pois, sendo a mesma empresa responsável pela manutenção e fornecimento de peças, seria afastada a hipótese de falhas e incorreções serem atribuídas a terceiros.



IFRS – POA	
Fls. n°	Rubrica

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Porto Alegre
Coordenadoria de Compras, Licitações e Contratos

Esse procedimento, a princípio, não compromete a competitividade do certame, considerando que várias empresas atuam no mercado e apresentam condições e aptidão para cotar todos os itens, o que ficou demonstrado pela pesquisa de preços realizada. Ainda do ponto de vista econômico, o licitante poderá otimizar processos logísticos, considerando que custos com deslocamento podem ser reduzidos uma vez que poderá em único deslocamento realizar o fornecimento de peças e a manutenção corretiva e /ou preventiva, gerando, conseqüentemente, a possibilidade da Administração Pública firmar contrato mais vantajoso.

Além do exposto, a divisão por itens poderia implicar na multiplicação de contratos, sobrecarregando administrativa e operacionalmente a fiscalização, enquanto que a gestão do contrato único de serviços permitirá um menor número de procedimentos administrativos, o que otimiza a gestão gerando ganhos de eficiência.

REFERÊNCIA AOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DO ÓRGÃO:

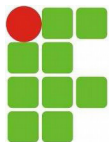
5. A contratação está alinhada com o PDI, Planejamento Estratégico e incluído no Plano de Ação? Identificar as ações.

Aprimorar a gestão do patrimônio imobiliário do IFRS.

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

6. Quais os requisitos necessários ao atendimento da necessidade?
- a) Que a empresa seja idônea e do ramo de atividade;
 - b) Profissional alfabetizado e com experiência na área;
 - c) Executar os serviços por meio de um técnico devidamente identificado;
 - d) Manter equipe técnica qualificada com técnico responsável perante o CREA;
 - e) Constitui-se obrigação da contratada a emissão da ART de manutenção integral dos elevadores assinado por um engenheiro mecânico, e com vigência igual ao período do presente contrato, inclusive quando houver renovações contratuais;
 - f) Todos os trabalhos deverão ser executados de acordo com as normas técnicas da ABNT, Corpo de Bombeiros Militar do estado do Rio Grande do Sul e Segurança do Trabalho;
 - g) A CONTRATADA fornecerá todos os materiais, peças, equipamentos e ferramentas básicas necessários à perfeita manutenção do(s) elevador(es);
 - h) A empresa prestadora dos serviços deverá efetuar periodicamente teste de segurança, conforme legislação em vigor;
 - i) A CONTRATADA deverá adotar práticas de sustentabilidade ambiental na execução dos serviços.

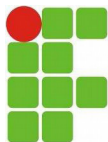
	ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	Quantidade
AMPLA PARTICIPAÇÃO conforme justificativa em anexo.	1	Serviço de manutenção preventiva e corretiva, bem como atendimento de emergência, com fornecimento de dispositivos, peças originais de reposição e acessórios, de 2 (dois) Elevadores de Público Principal (Torre Norte). Características: - Velocidade de operação: 1,75m/s	12 meses



IFRS – POA	
Fls. n°	Rubrica

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Porto Alegre
Coordenadoria de Compras, Licitações e Contratos

		<ul style="list-style-type: none">- Paradas: 10- Casa de Máquinas: Sim- Destinação: Passageiros- Fabricante: Atlas- Tipo de Máquina: 357- Comando: EXBB/VVF- Capacidade: 16 pessoas ou 1120kg	
AMPLA PARTICIPAÇÃO conforme justificativa em anexo.	2	Serviço de manutenção preventiva e corretiva, bem como atendimento de emergência, com fornecimento de dispositivos, peças originais de reposição e acessórios, de 1 (um) Elevador de Público Secundário (Torre Norte). Características: <ul style="list-style-type: none">- Velocidade de operação: 1,00m/s- Paradas: 05- Casa de Máquinas: Sim- Destinação: Passageiros- Fabricante: Atlas- Tipo de Máquina: 147- Comando: ALFA/ACBB- Capacidade: 12 pessoas ou 900kg	12 meses
AMPLA PARTICIPAÇÃO conforme justificativa em anexo	3	Serviço de manutenção preventiva e corretiva, bem como atendimento de emergência, com fornecimento de dispositivos, peças originais de reposição e acessórios, de 1 (um) Elevador de Serviço - Fundos (Torre Norte). Características: <ul style="list-style-type: none">- Velocidade de operação: 1,25m/s- Paradas: 11- Casa de Máquinas: Sim- Destinação: Serviço- Fabricante: Atlas- Tipo de Máquina: 357- Comando: EXBB/VVF- Capacidade: 21 pessoas ou 1575kg	12 meses
AMPLA PARTICIPAÇÃO conforme justificativa em anexo.	4	Serviço de manutenção preventiva e corretiva, bem como atendimento de emergência, com fornecimento de dispositivos, peças originais de reposição e acessórios, de 1 (um) Elevador de Público - Fundos (Torre Norte). Características: <ul style="list-style-type: none">- Velocidade de operação: 1,25m/s- Paradas: 10- Casa de Máquinas: Sim- Destinação: Serviço- Fabricante: Atlas- Tipo de Máquina: 357- Comando: EXBB/VVF- Capacidade: 16 pessoas ou 1120kg	12 meses



IFRS – POA	
Fls. n°	Rubrica

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Porto Alegre
Coordenadoria de Compras, Licitações e Contratos

AMPLA PARTICIPAÇÃO conforme justificativa em anexo.	5	Serviço de manutenção preventiva e corretiva, bem como atendimento de emergência, com fornecimento de dispositivos, peças originais de reposição e acessórios, de 2 (dois) Elevadores de Público (Torre Sul). Características: - Velocidade de operação: 1,50m/s - Paradas: 12 - Casa de Máquinas: Sim - Destinação: Passageiros - Fabricante: Atlas - Tipo de Máquina: W140 - Comando: MICONIC SX - Capacidade: 8 pessoas ou 600kg	12 meses
---	---	--	----------

7. Esta contratação tem caráter continuado? Justifique.

Os serviços são classificados como contínuos (PORTARIA Nº 1.487/2014 do MEC), necessários à Administração para o desempenho de suas atribuições, de modo que a falta ou interrupção destes serviços ocasionariam danos ao desempenho das atividades finalísticas desenvolvidas pela Instituição, havendo assim a necessidade da contratação estender-se por mais de um exercício financeiro.

8. Há a possibilidade de inclusão de critérios de sustentabilidade na contratação, desde a especificação técnica até como obrigações da contratada?

A contratada deverá obedecer às normas de técnicas de saúde, de higiene e segurança do trabalho, fornecendo aos empregados os equipamentos de segurança necessários para a execução do serviço e fiscalizando seu uso, assim como atender normas de sustentabilidade que possam se enquadrar ao presente caso.

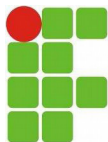
A contratada deverá providenciar o recolhimento e o adequado descarte das lâmpadas fluorescentes originárias da contratação, recolhendo-as ao sistema de coleta montado pelo respectivo fabricante, distribuidor, importador, comerciante ou revendedor, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada.

A contratada deverá dar destinação final ambientalmente adequada aos componentes eletroeletrônicos que forem substituídos.

A contratada deverá efetuar o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, obedecendo aos seguintes procedimentos:

a) Recolher o óleo lubrificante usado ou contaminado, armazenando-o em recipientes adequados e resistentes a vazamentos e adotando as medidas necessárias para evitar que venha a ser misturado com produtos químicos, combustíveis, solventes, água e outras substâncias que inviabilizem sua reciclagem, conforme artigo 18, inciso I e II, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e correlata;

b) Providenciar a coleta do óleo lubrificante usado ou contaminado recolhido, através de empresa coletora devidamente autorizada e licenciada pelos órgãos competentes, ou entregá-lo diretamente a um revendedor de óleo lubrificante acabado no atacado ou no varejo, que tem obrigação de recebê-lo e recolhê-lo de forma segura, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigo 18, inciso II e §, da resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;



IFRS – POA	
Fls. n°	Rubrica

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Porto Alegre
Coordenadoria de Compras, Licitações e Contratos

c) Exclusivamente quando se tratar de óleo lubrificante usado ou contaminado não reciclável, dar-lhe a destinação final ambientalmente adequada, devidamente autorizada pelo órgão ambiental competente, conforme artigo 18, inciso VII e § da resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata.

9. Qual deverá ser a duração inicial do contrato? Justifique.

O contrato terá a duração inicial de 12 meses; prorrogáveis até o limite permitido pela legislação, desde que atendidas às condições estabelecidas e havendo o interesse das partes.

10. Havendo contrato vigente no IFRS para o mesmo objeto, há a necessidade de a contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas?

Não há a necessidade de transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.

PESQUISA DAS SOLUÇÕES DISPONÍVEIS NO MERCADO:

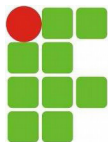
11. Quais as soluções do mercado para a necessidade verificada pelo IFRS (fornecedores, produtos, fabricantes, etc)? Caso haja restrição de mercado, avaliar se os requisitos que possam limitar a participação são realmente indispensáveis.

A contratação de empresa especializada em manutenção de elevadores é a única solução disponível no mercado, porque requer conhecimento técnico quanto aos equipamentos e seu funcionamento, assim como quanto às peças que devem ser eventualmente trocadas. Deve a empresa vencedora do certame, além da mão de obra essencial para manutenção dos elevadores, realizar o fornecimento de peças de substituição, quando necessário, responsabilizando-se integralmente pela prestação do serviço visando ao atendimento das ocorrências de modo efetivo, mantendo assim o funcionamento do equipamento com segurança e eficiência.

Tendo em vista que há diversas empresas que realizam o objeto do pregão, a solução de mercado mais vantajosa é a contratação por meio de pregão eletrônico, de modo a atender os Princípios que regem a Administração Pública no tocante às contratações.

12. Descreva a solução escolhida com todos os elementos para que a contratação produza os resultados pretendidos pela administração. Justifique demonstrando os benefícios diretos e indiretos que o IFRS almeja com a contratação, em termos de economicidade, eficácia, eficiência, de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, inclusive com respeito a impactos ambientais positivos (por exemplo: diminuição do consumo de papel ou energia elétrica) bem como, se for o caso, de melhoria da qualidade de produtos ou serviços oferecidos à sociedade.

A escolha da contratação de empresa especializada em manutenção de elevadores, com fornecimento de peças de substituição, quando necessário, é a melhor opção, pois garante a segurança dos usuários, evitando acidentes, a eficiência e a economicidade da manutenção integrada, a facilitação do deslocamento dos usuários para a rápida prestação dos serviços evitando interrupções no deslocamento causadas pela paralisação dos elevadores, o pronto atendimento das ocorrências e o fornecimento, de maneira rápida e de acordo com as especificações técnicas, de peças de substituição caso alguma apresente defeito.



IFRS – POA	
Fls. n°	Rubrica

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Porto Alegre
Coordenadoria de Compras, Licitações e Contratos

As manutenções preventivas deverão ser realizadas 1 (uma) vez ao mês, acompanhadas de relatório que deverá ser entregue à fiscalização do contrato. A contratação do serviço com o fornecimento de peças mostra-se a medida mais adequada, especialmente pelo fato de que o órgão não possui servidores com o conhecimento adequado em elevadores e em suas peças, assim como se mostra mais vantajoso para a Administração Pública que, além de manter a continuidade dos serviços públicos e zelar pela manutenção correta do patrimônio público, estará de acordo com o compromisso de acessibilidade ao Ensino Público e Gratuito.

ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES:

13. Qual o método de estimativa das quantidades a serem contratadas? Incluir memória de cálculo e documentos que lhe dão suporte (contratos anteriores, experiências de outros órgãos...).

O Campus Porto Alegre possui 7 (sete) elevadores que atendem a comunidade acadêmica de forma contínua. A licitação será dividida em 7 (sete) itens. Em cada item, deverá constar a necessidade de substituição de peças, por parte da contratada, caso necessário. A quantidade dessas peças será estimada pela atual empresa de manutenção de elevadores, pois não há como definir exatamente quantas peças poderão ser substituídas durante a vigência do contrato.

Portanto, a contratação deste serviço com a quantidade descrita acima suprirá as necessidades da do IFRS - Campus Porto Alegre no tocante à locomoção das pessoas que circulam neste espaço todos os dias, assim como a circulação de objetos e materiais essenciais para o desenvolvimento da Instituição e para o cumprimento do Princípio da Continuidade dos Serviços Públicos.

PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO

O parcelamento da solução é a regra, devendo a licitação ser realizada por item, sempre que o objeto for divisível, desde que se verifique não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando propiciar a ampla participação de licitantes, que embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas.

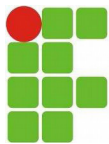
Definir e documentar o método para avaliar se o objeto é divisível, levando em consideração o mercado fornecedor, podendo ser parcelado caso a contratação nesses moldes assegure, concomitantemente:

- a) Ser técnica e economicamente viável;

Em relação à manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de peças, mostrou-se mais adequada a realização de forma indivisível, especialmente pelo fato de que essa manutenção demanda um conhecimento técnico que o fiscal dificilmente terá para aferir tudo com rigor técnico, como é o caso do objeto deste pregão, ou seja, a empresa ganhadora da licitação deverá, além de prestar o serviço, fornecer todas as peças necessárias para a manutenção dos equipamentos, revelando-se mais viável economicamente, conforme mapa comparativo e orçamentos anexos, bem como para fins contábeis, já que a despesa está incluída na ND 3390.39.16.

No que diz respeito aos elevadores, revela-se mais adequada a criação de apenas 1 (um) grupo com todos os itens de manutenção preventiva e corretiva, por se tratar de elevadores instalados em mesmo endereço e com mesma marca e especificações técnicas semelhantes. Dois desses itens possuem 2 (duas) quantidades de serviços por possuírem 2 (duas) cabinas.

Portanto, a divisão por mais grupos não será necessária, pois todos os elevadores encontram-se no mesmo local e a substituição de peças constará no mesmo item de



IFRS – POA	
Fls. n°	Rubrica

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Porto Alegre
Coordenadoria de Compras, Licitações e Contratos

manutenção preventiva e corretiva por ser mais vantajoso para a Administração econômica e tecnicamente.

- b) Que não haverá perda de escala; e
Não haverá perda de escala com a divisão da licitação por itens dentro de uma mesmo grupo, pois é a forma mais viável econômica e tecnicamente.
- c) Que haverá melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade.
Com a divisão em itens dentro do mesmo grupo, haverá aproveitamento do mercado e estará assegurada a competitividade.

14. Com base nos estudos acima, a licitação será dividida em lotes ou em itens separados? Justifique.

Para a consecução deste processo licitatório serão criado apenas um grupo com 7 (sete) itens. Com a pesquisa de mercado, em anexo, é possível perceber que se mostrou mais adequado a criação de um grupo com vários itens, de forma a garantir a economicidade na Administração Pública.

Desta forma, justifica-se a contratação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva de elevadores para o IFRS - Campus Porto Alegre, com fornecimento de peças, em um único grupo, com base na análise das necessidades da instituição, no tocante ao bom e seguro funcionamento dos equipamentos, tendo como elementos norteadores os princípios da:

Legalidade, uma vez que tal possibilidade é admitida legalmente, tendo em vista diversos exemplos de contratação realizadas e em vigor na esfera pública;

Eficiência, uma vez que o administrador deve buscar as melhores saídas, sob a legalidade da lei, bem como mais efetiva, visando obter a melhor resposta ao interesse público, implicando na maior eficácia do Estado na elaboração de suas ações;

Finalidade, pois é dever do Administrador Público buscar os resultados mais práticos e eficazes, que devem estar ligados às necessidades e aspirações do interesse do público.

A divisão do objeto em itens tornaria prejudicadas a eficiência e eficácia desejadas, pois comprometeria a agilidade necessária para a solução de problemas advindos de panes e interrupções de funcionamento de elevadores, que porventura demandem a troca de peças, uma vez que a empresa responsável pela manutenção ficaria à mercê da disponibilidade e logística de outro (s) estabelecimento(s) comercial(is) para ter os itens à sua disposição e efetuar os reparos.

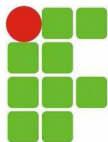
Tal solução permite, ainda, maior efetividade à fiscalização, no tocante:

ao acompanhamento de cumprimento de prazos específicos para cada tipo de intervenção de reparos corretivos e atendimentos emergenciais;

à verificação de regularidade da especificação das peças, acompanhamento de seus prazos de garantia e atribuição de responsabilidades pela instalação. Pois, sendo a mesma empresa responsável pela manutenção e fornecimento de peças, seria afastada a hipótese de falhas e incorreções serem atribuídas a terceiros.

Esse procedimento, a princípio, não compromete a competitividade do certame, considerando que várias empresas atuam no mercado e apresentam condições e aptidão para cotar todos os itens, o que ficou demonstrado pela pesquisa de preços realizada. Ainda do ponto de vista econômico, o licitante poderá otimizar processos logísticos, considerando que custos com deslocamento podem ser reduzidos uma vez que poderá em único deslocamento realizar o fornecimento de peças e a manutenção corretiva e /ou preventiva, gerando, conseqüentemente, a possibilidade da Administração Pública firmar contrato mais vantajoso.

Além do exposto, a divisão por itens poderia implicar na multiplicação de contratos,



IFRS – POA	
Fls. n°	Rubrica

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Porto Alegre
Coordenadoria de Compras, Licitações e Contratos

sobrecarregando administrativa e operacionalmente a fiscalização, enquanto que a gestão do contrato único de serviços permitirá um menor número de procedimentos administrativos, o que otimiza a gestão gerando ganhos de eficiência.

ESTIMATIVAS DE PREÇOS:

15. Definir e documentar o método para estimativa de preços ou meios de previsão de preços referenciais, devendo seguir as diretrizes da IN MPDG 03/2017. Demonstrar as memórias de cálculo da estimativa de preços e os documentos que lhe dão suporte (construção das planilhas de custo e formação de preços para os serviços terceirizados pelo setor de licitações e contratos e análise pela contabilidade).

O método mais apropriado e o escolhido para a estimativa de preços dessa contratação é o disposto no Inciso V do art. 1º da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 20 DE ABRIL DE 2017: “pesquisa com os fornecedores, desde que as datas das pesquisas não se diferenciem em mais de 180 (cento e oitenta) dias.” A escolha justifica-se pela especificidade do objeto da licitação. Os elevadores instalados no IFRS - Campus Porto Alegre possuem características muito específicas pelo tempo de funcionamento e pelo fato de o modelo ser mais antigo, conforme descrito na tabela constante no item 6 deste documento.

ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO IFRS:

16. Há necessidade de contratações/aquisições correlatas?

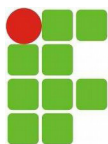
Não há.

17. Realizar levantamento de ações necessárias à adequação do ambiente do IFRS para que a contratação surta seus efeitos, com os responsáveis por estes ajustes nos diversos setores (por exemplo: capacitações necessárias, aquisição de materiais, reformas...). Caso haja ações necessárias, juntar o cronograma ao processo e incluir, no mapa de riscos, os riscos de a contratação fracassar caso os ajustes não ocorram em tempo.

Indicação do gestor e equipe de fiscalização.

DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO:

18. Declarar explicitamente que a contratação é viável ou não, justificando com base nos elementos anteriores dos Estudos Preliminares.
De acordo com as informações apresentadas e com base nos documentos juntados ao referido processo de contratação, a Equipe de Planejamento da Contratação entende que a contratação é viável para o IFRS – Campus Porto Alegre e opina pelo prosseguimento da mesma.
Desse modo, restam atendidos todos os itens obrigatórios constantes no art. 24 da IN 05/2017 como manda o § 2º do mesmo diploma.
Quanto aos demais itens constantes do art. 24 da IN 5 e que não são de abordagem obrigatória, entende-se que não são inerentes ao objeto, por isso, não serão mencionados.



IFRS – POA	
Fls. n°	Rubrica

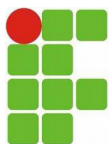
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Porto Alegre
Coordenadoria de Compras, Licitações e Contratos

ANEXO B

ESPECIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES DO PLANO BÁSICO DE MANUTENÇÃO

- 1.1.** A fim de definir as estratégias de manutenção dos elevadores do IFRS Campus Porto Alegre, definiram-se os serviços mínimos a serem realizados nas manutenções preventiva e corretiva, todos a cargo da CONTRATADA.
- 1.2.** As rotinas mínimas de manutenção apresentadas a seguir são apenas uma referência para execução dos serviços, devendo a CONTRATADA providenciar todas as demais ações que forem necessárias para manter o efetivo funcionamento dos equipamentos ou para otimizar os processos, seguindo recomendação dos fabricantes. Tais rotinas deverão ser encaminhadas por escrito para aprovação prévia da FISCALIZAÇÃO, de forma a verificar a sua adequação.
- 1.3.** Poderá ser revista a periodicidade das atividades previstas neste plano, após a devida análise, por parte da FISCALIZAÇÃO, dos resultados obtidos com a vistoria inicial e/ou anual dos serviços, mediante aprovação da CONTRATANTE.

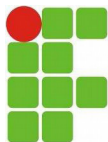
ITEM		ATIVIDADES	PERIODICIDADE
1. QUADRO DE ALIMENTAÇÃO	1.1 Ruídos e anormalidades	Verificar ruídos e anormalidades do quadro.	Mensal
	1.2 Conexões	Reapertar fiações em geral. Verificar as condições da fiação de força que alimenta o quadro, quanto à isolamento e estado dos condutores. Deve ser observado se as conexões não apresentam aquecimento anormal ou oxidação. Caso apresentem devem ser limpas.	Semestral
	1.3 Disjuntores	Verificar o funcionamento mecânico (manualmente). Efetuar a limpeza e reapertar contatos.	Semestral
	1.4 IDRs	Verificar o funcionamento através do botão de teste. Efetuar a limpeza e reapertar contatos.	Semestral
	1.5 Aterramento	Verificar a eficácia do aterramento.	Semestral
2. QUADRO DE COMANDO	2.1 Ruídos e anormalidades	Verificar ruídos e anormalidades do quadro.	Mensal
	2.2 Conexões	Deve ser observado se as conexões não apresentam aquecimento anormal ou oxidação. Caso apresentem devem ser limpas.	Semestral
	2.3 Fiações	Reapertar fiações em geral. Verificar as condições da fiação quanto à isolamento e estado dos condutores. Efetuar a limpeza.	Semestral
	2.4 Bloco de Relés	Verificar atuação dos relés. Verificar ruídos, mal contato e anormalidades. Efetuar a limpeza e reapertar contatos.	Semestral
	2.5 Proteção dos fusíveis	Verificar se a corrente especificada está de acordo com a tabela de fusíveis. Realizar o aperto dos fusíveis, se necessário. Efetuar a limpeza e reapertar contatos.	Semestral



IFRS – POA	
Fls. n°	Rubrica

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Porto Alegre
Coordenadoria de Compras, Licitações e Contratos

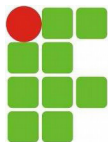
	2.6 Contadoras	Verificar a atuação das contadoras. Verificar ruídos, mal contato e anormalidades. Efetuar a limpeza e reapertar contatos.	Semestral
3. SISTEMA DE MOVIMENTAÇÃO	3.1 Ruídos do motor elétrico	Verificar ruídos anormais do motor elétrico.	Mensal
	3.2 Corrente do motor elétrico	Verificar e medir a corrente do motor elétrico.	Trimestral
	3.3 Tensão do motor elétrico	Verificar e medir a tensão do motor elétrico.	Trimestral
	3.4 Motor de indução	Fazer a limpeza do motor, verificar e corrigir pontos de corrosão e vibrações anormais.	Trimestral
	3.5 Lubrificação do motor elétrico	Nível de óleo dos mancais do motor: verificar se o anel de lubrificação está trazendo óleo para a parte superior do mancal; Caso, girando-se o anel ele estiver seco, deve ser acrescentado mais óleo.	Semestral
	3.6 Volante do motor	Verificar volante do motor quanto à desgastes e folgas.	Trimestral
	3.7 Temperatura do motor	Medir a temperatura do motor com termômetro	Mensal
	3.8 Ruídos da máquina de tração	Verificar ruídos anormais da máquina de tração.	Mensal
	3.9 Máquina de tração	Efetuar a limpeza da máquina, inspecionar quanto à desgastes, vibrações e pontos de corrosão.	Trimestral
	3.10 Nível de óleo	Verificar o nível do óleo da máquina e a existência de vazamentos pelas vedações. Verificar o nível de óleo no coletor (se estiver cheio, propor troca do retentor) e esvaziar a caixa.	Mensal
	3.11 Contato BK dos freios	Verificar manualmente o êmbolo e regulagem do contato BK.	Mensal
	3.12 Lonas de freio	Verificar as condições de desgaste das lonas de freio.	Trimestral
	3.13 Acoplamento	Verificar se há desgastes das borrachas de acoplamento e a existência de ruídos.	Semestral
	3.14 Polia de tração	Verificar a existência de limalha de ferro e desgaste (o cabo não pode estar encostando no fundo do canal da polia).	Trimestral
	3.15 Polia de desvio	Verificar a fixação, limpeza, lubrificação, desgastes dos canais, eixos e rolamentos.	Trimestral
	3.16 Cabos de tração	Verificar a existência de arames rompidos e tensionamentos dos cabos. Inspecionar quanto aos desgastes, oxidação, redução de diâmetro e quebra de arames e tranças.	Mensal
	3.17 Regulador de velocidade	Verificar o desgaste da polia, ruído (com o carro em movimento), funcionamento das peças móveis e contatos elétricos (verificação manual). Limpar e lubrificar (não lubrificar a borracha). Testar o funcionamento de freio de segurança (teste estático). Verificar a necessidade de troca.	Bimestral



IFRS – POA	
Fls. n°	Rubrica

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Porto Alegre
Coordenadoria de Compras, Licitações e Contratos

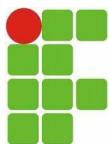
	3.18 Casa de polias (quando houver)	Realizar limpeza geral em toda a casa de polias, somente poderão ficar na casa de polias as peças substituídas autorizadas pela Contratante.	Semestral
	3.19 Limpeza geral das instalações	Realizar limpeza geral em toda a casa de máquinas, somente poderão ficar na casa de máquinas as peças substituídas autorizadas pela Contratante.	Bimestral
4. CABINA	4.1 Pannel de operação	Verificar arranhões, amassados, parafusos de fixação e se setas de direção acendem e não estão quebradas.	Mensal
	4.2 Botoeiras	Quando utilizar botoeira mecânica deve ser verificado se o botão da chamada não está danificado/trancando ao ser acionado e acende o auto iluminado.	Mensal
		Quando utilizar botoeiras capacitivas , deve ser verificado se o acrílico transparente não está quebrado, se o inox não está mal posicionado quando com a seta e se o botão não está frouxo no acrílico.	
		Verificar se os botões Abre-Porta (AP) , Fecha-Porta (FP) e Alarme (AL) estão funcionando corretamente.	
	4.3 Comando cabineiro	Verificar o funcionamento do comando manual/automático, comando de lotado, ventilador e banquetta (se houver).	Mensal
	4.4 Interfone ou intercomunicador	Verificar o funcionamento entre a cabina e a central de monitoramento.	Mensal
	4.5 Indicador de Cabina	Verificar se o indicador está quebrado, mal fixado, com setas ou segmentos (leds) queimados.	Mensal
	4.6 Jornal eletrônico	Verificar o funcionamento correto do jornal eletrônico e fazer os ajustes necessários.	Mensal
	4.7 Bateria	Verificar funcionamento da bateria, limpar os polos, verificar tensão e o nível de água (quando houver). Realizar o mesmo procedimento para os elevadores com bateria n casa de máquinas.	Bimestral
	4.8 Luz de emergência	Verificar o funcionamento, desligando o disjuntor de iluminação da cabina.	Mensal
	4.9 Contato GS de cabina	Verificar o funcionamento e desgaste dos contatos.	Trimestral
	4.10 Iluminação	Verificar o funcionamento das lâmpadas.	Mensal
	4.11 Sub-teto	Verificar a fixação e realizar a limpeza do sub-teto.	Mensal
	4.12 Ventilador	Verificar o funcionamento do ventilador e realizar a limpeza dos ventiladores e exaustores e lubrificação das buchas.	Mensal
	4.13 Chave eletrônica	Verificar o funcionamento correto das chaves eletrônicas.	Trimestral
	4.14 Painéis em inox, frisos e piso	Verificar se estão fixados, sem riscos e amassados. Verificar a existência das placas indicativas como: Não fume, nome da empresa responsável pela Assistência Técnica e Capacidade.	Mensal
	4.15 Guarda corpo	Verificar a fixação, quebra, riscos, amassados e falta de parafuso.	Mensal
	4.16 Espelho	Verificar a fixação, quebra, riscos, amassados e falta de parafuso.	Mensal



IFRS – POA	
Fls. n°	Rubrica

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Porto Alegre
Coordenadoria de Compras, Licitações e Contratos

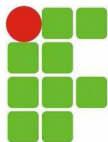
	4.17 Portas (internos)	Portas de cabina: Verificar o funcionamento e fixação, quebra, riscos, amassados e falta de parafusos. Com a porta aberta e com a porta fechada deve haver alinhamento das folhas entre si e com a coluna. Limpeza das faces externas com aspirador de pó.	Mensal
	4.18 Corrediças	Pressionar a parte de baixo das portas contra a soleira, para verificar se há folga excessiva.	Bimestral
	4.19 Réguas de segurança	Verificar o funcionamento, ajuste (mecânico), ruídos, limpeza e fixação.	Bimestral
	4.20 Aceleração, desaceleração e nivelamento	Verificar o nivelamento da cabina na subida e descida e existência de ruídos. A tolerância máxima de desnivelamento deve ser de 10 mm entre a soleira da cabina e do pavimento. A aceleração e a desaceleração devem ser medidas pelo conforto (suavidade) pelo técnico ou fiscal, na parada do elevador. Paradas bruscas devem ser ajustadas.	Mensal
5. PAVIMENTO	5.1 Portas e soleiras (externos)	Verificar a fixação das portas e amassados na soleira de pavimento e existência de ilhós nas portas. Deverá ser realizada a limpeza na parte interior da soleira da cabina e faces externas das portas.	Bimestral
	5.2 Botoeiras	Verificar o funcionamento correto das botoeiras de pavimento. Deve ser verificado se o acrílico transparente não está quebrado, se o inox não está mal posicionado quando com a seta e se o botão não está frouxo no acrílico.	Mensal
	5.3 Indicador de pavimento	Verificar se o indicador está quebrado, mal fixado, com setas ou segmentos (leds) queimados.	Mensal
	5.4 Corrediças	Pressionar a parte de baixo das portas contra a soleira, para verificar se há folga excessiva.	Bimestral
	5.5 Dispositivo de arraste	Verificar a fixação do dispositivo de arraste, mola, rolete, posição do suporte de acionamento da chave de emergência, cabos e peso de acionamento, tensionamento e lubrificação. Realizar a limpeza do conjunto de fechamento.	Trimestral
	5.6 Mola e roletes	Verificar as condições da mola e rolete. Informar ao MP a necessidade de substituição.	Trimestral
	5.7 Rampa móvel	Verificar o acionamento e desacionamento da rampa móvel. Certificar-se de que a rampa não encosta no braço acionador quando recolhida.	Trimestral
	5.8 Cabo de aço das portas	Verificar as condições (tensão e desgaste) do cabo de aço das portas.	Trimestral
	5.9 Fechos Eletromecânicos	Movimentar o elevador em modo de manutenção e empurrar as portas, verificando irregularidade (falha elétrica, porta em folga "enforca a" e abertura indevida),	Trimestral
		interromper manualmente o circuito do trinco acionando o braço de trinco ou dispositivo de arraste (o elevador deve parar). Ajustar fecho eletromecânico.	
		Verificar a fixação da tampa (travessa superior), reapertar as fiações/conexões elétricas e braço acionador.	Trimestral



IFRS – POA	
Fls. n°	Rubrica

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Porto Alegre
Coordenadoria de Compras, Licitações e Contratos

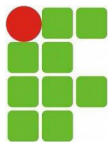
	5.10 Aterramento	Verificar a eficácia do aterramento.	Semestral
	5.11 Contato elétrico	Verificar o funcionamento correto dos contatos elétricos.	Bimestral
	5.12 Operador de portas	Verificar as condições (tensão e desgaste) da corrente, correia e do cabo de aço. Verificar o funcionamento e folga dos microrruptores, fixação do motor, tampa e ajuste do freio magnético. Com a cabina a meia altura verificar as medidas de ajuste da Rampa móvel: aberta, 59± 1mm e fechada 39± 1mm.	Bimestral
	5.13 Roletes do carrinho	Verificar o desgaste dos roletes do carrinho.	Bimestral
6. TOPO DA CABINA	6.1 Corrediça superior	Verificar o estado das corrediças, desgaste dos nylons e folga (± 6mm) entre a guia. Lubrificar as graxas e limpar .	Trimestral
	6.2 Suspensão dos cabos de tração	Verificar o tensionamento (manualmente), a fixação (castanhas, porcas/contraporcas, cupilhas e metal mongol), os distanciadores de cabos e ruídos (batidas) entre os chumbadores.	Trimestral
	6.3 Chaves de indução	Verificar a fixação e centralização das placas nas chaves eletrônicas, fixação das fiações e se a distância das placas é suficiente para acionar os contatos elétricos.	Trimestral
	6.4 Inversor de frequência	Verificar o funcionamento do inversor de frequência e ajustar parâmetros se necessário.	Trimestral
	6.5 Motor da porta	Verificar o funcionamento do motor de porta. Realizar a limpeza.	Trimestral
	6.6 Freio eletromagnético	Verificar a atuação do freio eletromagnético. Fazer o ajuste se necessário e a limpeza.	Trimestral
	6.7 Módulo MCOP	Verificar o funcionamento do módulo.	Trimestral
	6.8 Contador de pulso	Verificar o funcionamento do contador de pulso e ajustar se necessário.	Trimestral
	6.9 Aterramento	Verificar a eficácia do aterramento.	Semestral
7. CAIXA DE CORRIDA	7.1 Polia de desvio	Verificar a fixação, limpeza, lubrificação, desgastes dos canais, eixos e rolamentos.	Semestral
	7.2 Limites superiores	Verificar a fixação, limpeza, lubrificação, desgastes dos canais, eixos e rolamentos.	Semestral
	7.3 Limites finais	Verificar a fixação, limpeza, lubrificação, desgastes dos canais, eixos e rolamentos.	Semestral
	7.4 Limites de redução	Verificar a fixação, limpeza, lubrificação, desgastes dos canais, eixos e rolamentos.	Semestral
	7.5 Guias	Quando utilizar corrediças de nylon: Limpar e lubrificar as guias semestralmente.	Semestral
		Quando utilizar corrediças de rolo: Limpar semestralmente.	
	7.6 Suporte e placas	Verificar a limpeza e lubrificação de suportes e guias.	Semestral



IFRS – POA	
Fls. nº	Rubrica

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Porto Alegre
Coordenadoria de Compras, Licitações e Contratos

	7.7 Cabos de manobra e fiações	Verificar as condições da fiação elétrica e cabos de manobra na caixa de corrida, observando se não há linhas rompidas, oxidações em bornes, obstrução e posição.	Semestral
	7.8 Contrapeso	Verificar a fixação dos pesos, empenamento da estrutura em direção as guias e estado das corredeiras, separador e fixação dos cabos (castanhas, porcas/contraporcas, cupilhas e metal mongol). Limpar: estrutura.	Trimestral
8. FUNDO DA CABINA	8.1 Cornija	Verificar fixação e estado geral. Limpar a cornija.	Quadrimestral
	8.2 Suporte corrente de compensação	Verificar a fixação do suporte de desvio da corrente de compensação.	Quadrimestral
	8.3 Corrente de compensação	Verificar o desgaste dos cabos e correntes de compensação, equalização e alongamento.	Quadrimestral
	8.4 Aparelho de segurança	Verificar funcionamento, estado dos componentes e seio do cabo de manobra. Limpar.	Quadrimestral
9. POÇO	9.1 Limites inferiores	Realizar a limpeza, fixação, lubrificação e acionamento (manual).	Semestral
	9.2 Correção inferior	Verificar o estado das corredeiras e desgaste dos nylons e folga (+/- 6mm) entre guia. Limpar e lubrificar as graxas.	Trimestral
	9.3 Paracheque	Quando utilizar molas: Verificar a fixação das molas para-choque. Quando utilizar amortecedor hidráulico: Verificar o nível do óleo, fixação, funcionamento do pistão hidráulico e acionamento do contato elétrico (manualmente). Limpar.	Trimestral
	9.4 Botão STOP	Testar o funcionamento de todos os botões e da iluminação.	Trimestral
	9.5 Polia de compensação (quando houver)	Verificar o desgaste dos canais da polia, lubrificação, funcionamento e posição dos contatos elétricos. Limpar. Verificar a fixação do suporte de desvio da corrente de compensação. Lubrificar: guias da polia de compensação.	Trimestral
	9.6 Deslize do contrapeso	Verificar com a cabina nivelada no último pavimento superior, a medida da distância da mola/amortecedor hidráulico até a parte inferior da estrutura do contrapeso (150 a 500 mm) e anotar.	Trimestral
	9.7 Fundo do poço	Limpar.	Trimestral
Obs: Desligar o elevador e notificar o IFRS na ocorrência de quaisquer situações abaixo relacionadas: - Deficiência na alimentação elétrica do IFRS. - Falta de aterramento no quadro de força da casa da máquina. - Ligações elétricas clandestinas. - Cabos de aço com perna rompida. - Contrapeso encostado na mola. - Situações que não garantam o funcionamento seguro do elevador.			



IFRS – POA	
Fls. n°	Rubrica

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Porto Alegre
Coordenadoria de Compras, Licitações e Contratos

ANEXO C

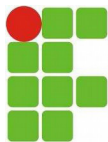
CHECK LIST MANUTENÇÃO E DE REGISTROS DE OCORRÊNCIAS

IDENTIFICAÇÃO DO ELEVADOR

Marca:
Modelo:
Localização:

1. O responsável pela manutenção deverá identificar as datas (dia/mês) das intervenções e rubricar na quadrícula correspondente à atividade realizada.
2. As observações deverão ser anotadas ao final da ficha, no campo próprio.

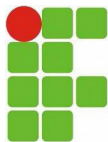
Especificação das atividades do plano básico de manutenção						
ITEM		ATIVIDADES	PERIODICIDADE	Data/ Rubrica	Data/ Rubrica	Data/ Rubrica
1. QUADRO DE ALIMENTAÇÃO	1.1 Ruídos e anormalidades	Verificar ruídos e anormalidades do quadro.	Mensal			
	1.2 Conexões	Reapertar fiações em geral. Verificar as condições da fiação de força que alimenta o quadro, quanto à isolamento e estado dos condutores. Deve ser observado se as conexões não apresentam aquecimento anormal ou oxidação. Caso apresentem devem ser limpas.	Semestral			
	1.3 Disjuntores	Verificar o funcionamento mecânico (manualmente). Efetuar a limpeza e reapertar contatos.	Semestral			
	1.4 IDRs	Verificar o funcionamento através do botão de teste. Efetuar a limpeza e reapertar contatos.	Semestral			
	1.5 Aterramento	Verificar a eficácia do aterramento.	Semestral			
2. QUADRO DE COMANDO	2.1 Ruídos e anormalidades	Verificar ruídos e anormalidades do quadro.	Mensal			
	2.2 Conexões	Deve ser observado se as conexões não apresentam aquecimento anormal ou oxidação. Caso apresentem devem ser limpas.	Semestral			
	2.3 Fiações	Reapertar fiações em geral. Verificar as condições da fiação quanto à isolamento e estado dos condutores. Efetuar a limpeza.	Semestral			



IFRS – POA	
Fls. nº	Rubrica

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Porto Alegre
Coordenadoria de Compras, Licitações e Contratos

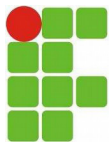
	2.4 Bloco de Relés	Verificar atuação dos relés. Verificar ruídos, mal contato e anormalidades. Efetuar a limpeza e reapertar contatos.	Semestral			
	2.5 Proteção dos fusíveis	Verificar se a corrente especificada está de acordo com a TDECA-001 (TABELA DE FUSÍVEIS). Realizar o aperto dos fusíveis, se necessário. Efetuar a limpeza e reapertar contatos.	Semestral			
	2.6 Contadoras	Verificar a atuação das contadoras. Verificar ruídos, mal contato e anormalidades. Efetuar a limpeza e reapertar contatos.	Semestral			
3. SISTEMA DE MOVIMENTAÇÃO	3.1 Ruídos do motor elétrico	Verificar ruídos anormais do motor elétrico.	Mensal			
	3.2 Corrente do motor elétrico	Verificar e medir a corrente do motor elétrico.	Trimestral			
	3.3 Tensão do motor elétrico	Verificar e medir a tensão do motor elétrico.	Trimestral			
	3.4 Motor de indução	Fazer a limpeza do motor, verificar e corrigir pontos de corrosão e vibrações anormais.	Trimestral			
	3.5 Lubrificação do motor elétrico	Nível de óleo dos mancais do motor: verificar se o anel de lubrificação está trazendo óleo para a parte superior do mancal; Caso, girando- se o anel ele estiver seco, deve ser acrescentado mais óleo.	Semestral			
	3.6 Volante do motor	Verificar volante do motor quanto à desgastes e folgas.	Trimestral			
	3.7 Temperatura do motor	Medir a temperatura do motor com termômetro	Mensal			
	3.8 Ruídos da máquina de tração	Verificar ruídos anormais da máquina de tração.	Mensal			
	3.9 Máquina de tração	Efetuar a limpeza da máquina, inspecionar quanto à desgastes, vibrações e pontos de corrosão.	Trimestral			



IFRS – POA	
Fls. n°	Rubrica

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Porto Alegre
Coordenadoria de Compras, Licitações e Contratos

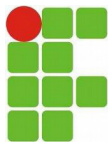
	3.10 Nível de óleo	Verificar o nível do óleo da máquina e a existência de vazamentos pelas vedações. Verificar o nível de óleo no coletor (se estiver cheio, propor troca do retentor) e esvaziar a caixa.	Mensal			
	3.11 Contato BK dos freios	Verificar manualmente o êmbolo e regulagem do contato BK.	Mensal			
	3.12 Lonas de freio	Verificar as condições de desgaste das lonas de freio.	Trimestral			
	3.13 Acoplamento	Verificar se há desgastes das borrachas de acoplamento e a existência de ruídos.	Semestral			
	3.14 Polia de tração	Verificar a existência de limalha de ferro e desgaste (o cabo não pode estar encostando no fundo do canal da polia).	Trimestral			
	3.15 Polia de desvio	Verificar a fixação, limpeza, lubrificação, desgastes dos canais, eixos e rolamentos.	Trimestral			
	3.16 Cabos de tração	Verificar a existência de arames rompidos e tensionamentos dos cabos. Inspecionar quanto aos desgastes, oxidação, redução de diâmetro e quebra de arames e tranças.	Mensal			
	3.17 Regulador de velocidade	Verificar o desgaste da polia, ruído (com o carro em movimento), funcionamento das peças móveis e contatos elétricos (verificação manual). Limpar e lubrificar (não lubrificar a borracha). Testar o funcionamento de freio de segurança (teste estático). Verificar a necessidade de troca.	Bimestral			
	3.18 Casa de polias (quando houver)	Realizar limpeza geral em toda a casa de polias, somente poderão ficar na casa de polias as peças substituídas autorizadas pela Contratante.	Semestral			



IFRS – POA	
Fls. n°	Rubrica

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Porto Alegre
Coordenadoria de Compras, Licitações e Contratos

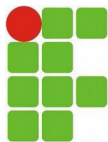
	3.19 Limpeza geral das instalações	Realizar limpeza geral em toda a casa de máquinas, somente poderão ficar na casa de máquinas as peças substituídas autorizadas pela Contratante.	Bimestral			
4. CABINA	4.1 Pannel de operação	Verificar arranhões, amassados, parafusos de fixação e se setas de direção acendem e não estão quebradas.	Mensal			
	4.2 Botoeiras	Quando utilizar botoeira mecânica deve ser verificado se o botão da chamada não está danificado/trancando ao ser acionado e acende o auto iluminado.	Mensal			
		Quando utilizar botoeira capacitivas, deve ser verificado se o acrílico transparente não está quebrado, se o inox não está mal posicionado quando com a seta e se o botão não está frouxo no acrílico. Verificar se os botões Abre-Porta (AP), Fecha- Porta(FP) e Alarme (AL) estão funcionando corretamente.	Mensal			
	4.3 Comando cabineiro	Verificar o funcionamento do comando manual/automático, comando de lotado, ventilador e banquetta (se houver).	Mensal			
	4.4 Interfone ou intercomunicador	Verificar o funcionamento entre a cabina e a central de monitoramento.	Mensal			
	4.5 Indicador de Cabina	Verificar se o indicador está quebrado, mal fixado, com setas ou segmentos (leds) queimados.	Mensal			
	4.6 Jornal eletrônico	Verificar o funcionamento correto do jornal eletrônico e fazer os ajustes necessários.	Mensal			
	4.7 Bateria	Verificar funcionamento da bateria, limpar os polos, verificar tensão e o nível de água (quando houver). Realizar o mesmo procedimento para os elevadores com bateria n casa de máquinas.	Bimestral			
	4.8 Luz de emergência	Verificar o funcionamento, desligando o disjuntor de iluminação da cabina.	Mensal			



IFRS – POA	
Fls. n°	Rubrica

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Porto Alegre
Coordenadoria de Compras, Licitações e Contratos

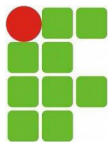
	4.9 Contato GS de cabina	Verificar o funcionamento e desgaste dos contatos.	Trimestral			
	4.10 Iluminação	Verificar o funcionamento das lâmpadas.	Mensal			
	4.11 Sub-teto	Verificar a fixação e realizar a limpeza do sub-teto.	Mensal			
	4.12 Ventilador	Verificar o funcionamento do ventilador e realizar a limpeza dos ventiladores e exaustores e lubrificação das buchas.	Mensal			
	4.13 Chave eletrônica	Verificar o funcionamento correto das chaves eletrônicas.	Trimestral			
	4.14 Painéis em inox, frisos e piso	Verificar se estão fixados, sem riscos e amassados. Verificar a existência das placas indicativas como: Não fume, Assistência Técnica TKE e Capacidade.	Mensal			
	4.15 Guarda corpo	Verificar a fixação, quebra, riscos, amassados e falta de parafuso.	Mensal			
	4.16 Espelho	Verificar a fixação, quebra, riscos, amassados e falta de parafuso.	Mensal			
	4.17 Portas (internos)	Portas de cabina: Verificar o funcionamento e fixação, quebra, riscos, amassados e falta de parafusos. Com a porta aberta e com a porta fechada deve haver alinhamento das folhas entre si e com a coluna. Limpeza das faces externas com aspirador de pó.	Mensal			
	4.18 Corrediças	Pressionar a parte de baixo das portas contra a soleira, para verificar se há folga excessiva.	Bimestral			
	4.19 Régua de segurança	Verificar o funcionamento, ajuste (mecânico), ruídos, limpeza e fixação.	Bimestral			



IFRS – POA	
Fls. n°	Rubrica

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Porto Alegre
Coordenadoria de Compras, Licitações e Contratos

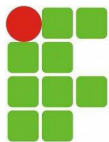
	4.20 Aceleração, desaceleração e nivelamento	Verificar o nivelamento da cabina na subida e descida e existência de ruídos. A tolerância máxima de desnivelamento deve ser de 10mm entre a soleira da cabina e do pavimento. A aceleração e a desaceleração devem ser medidas pelo conforto (suavidade) pelo sentimento do técnico ou fiscal, na parada do elevador. Paradas bruscas devem ser ajustadas.	Mensal			
5.PAVIMENTO	5.1 Portas e soleiras(externos)	Verificar a fixação das portas e amassados na soleira de pavimento e existência de ilhós nas portas. Deverá ser realizada a limpeza na parte interior da soleira da cabina e faces externas das portas.	Bimestral			
	5.2 Botoeiras	Verificar o funcionamento correto das botoeiras de pavimento. Deve ser verificado se o acrílico transparente não está quebrado, se o inox não está mal posicionado quando com a seta e se o botão não está frouxo no acrílico.	Mensal			
	5.3 Indicador de pavimento	Verificar se o indicador está quebrado, mal fixado, com setas ou segmentos (leds) queimados.	Mensal			
	5.4 Corrediças	Pressionar a parte de baixo das portas contra a soleira, para verificar se há folga excessiva.	Bimestral			
	5.5 Dispositivo de arraste	Verificar a fixação do dispositivo de arraste, mola, rolete, posição do suporte de acionamento da chave de emergência, cabos e peso de acionamento, tensionamento e lubrificação. Realizar a limpeza do conjunto de fechamento.	Trimestral			
	5.6 Mola e roletes	Verificar as condições da mola e rolete. Informar ao MP a necessidade de substituição.	Trimestral			



IFRS – POA	
Fls. n°	Rubrica

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Porto Alegre
Coordenadoria de Compras, Licitações e Contratos

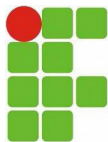
	5.7 Rampa móvel	Verificar o acionamento e desacionamento da rampa móvel. Certificar-se de que a rampa não encosta no braço acionador quando recolhida.	Trimestral			
	5.8 Cabo de aço das portas	Verificar as condições (tensão e desgaste) do cabo de aço das portas.	Trimestral			
	5.9 Fechos Eletromecânicos	Movimentar o elevador em modo de manutenção e empurrar as portas, verificando irregularidade (falha elétrica, porta em folga "enforca a" e abertura indevida), interromper manualmente o circuito do trinco acionando o braço de trinco ou dispositivo de arraste (o elevador deve parar). Ajustar fecho eletromecânico. Verificar a fixação da tampa (travessa superior), reapertar as fiações/conexões elétricas e braço acionador.	Trimestral			
	5.10 Aterramento	Verificar a eficácia do aterramento.	Semestral			
	5.11 Contato elétrico	Verificar o funcionamento correto dos contatos elétricos.	Bimestral			
	5.12 Operador de portas	Verificar as condições (tensão e desgaste) da corrente, correia e do cabo de aço. Verificar o funcionamento e folga dos microrruptores, fixação do motor, tampa e ajuste do freio magnético. Com a cabina a meia altura verificar as medidas de ajuste da Rampa móvel: aberta, 59 ± 1 mm e fechada 39 ± 1 mm.	Bimestral			
	5.13 Roletes do carrinho	Verificar o desgaste dos roletes do carrinho.	Bimestral			
6. TOPO DA CABINA	6.1 Corrediça superior	Verificar o estado das corrediças, desgaste dos nylons e folga (± 6 mm) entre a guia. Lubrificar as graxas e limpar.	Trimestral			
	6.2 Suspensão dos cabos de tração	Verificar o tensionamento (manualmente), a fixação (castanhas, porcas/contraporcas, cupilhas e metal mongol), os distanciadores de cabos e ruídos (batidas) entre os chumbadores.	Trimestral			



IFRS – POA	
Fls. n°	Rubrica

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Porto Alegre
Coordenadoria de Compras, Licitações e Contratos

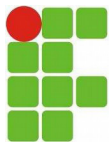
	6.3 Chaves de indução	Verificar a fixação e centralização das placas nas chaves eletrônicas, fixação das fiações e se a distância das placas é suficiente para acionar os contatos elétricos.	Trimestral			
	6.4 Inversor de frequência	Verificar o funcionamento do inversor de frequência e ajustar parâmetros se necessário.	Trimestral			
	6.5 Motor da porta	Verificar o funcionamento do motor de porta. Realizar a limpeza.	Trimestral			
	6.6 Freio eletromagnético	Verificar a atuação do freio eletromagnético. Fazer o ajuste se necessário e a limpeza.	Trimestral			
	6.7 Módulo MCOP	Verificar o funcionamento do módulo.	Trimestral			
	6.8 Contador de pulso	Verificar o funcionamento do contador de pulso e ajustar se necessário.	Trimestral			
	6.9 Aterramento	Verificar a eficácia do aterramento.	Semestral			
7. CAIXA DE CORRIDA	7.1 Polia de desvio	Verificar a fixação, limpeza, lubrificação, desgastes dos canais, eixos e rolamentos.	Semestral			
	7.2 Limites superiores	Verificar a fixação, limpeza, lubrificação, desgastes dos canais, eixos e rolamentos.	Semestral			
	7.3 Limites finais	Verificar a fixação, limpeza, lubrificação, desgastes dos canais, eixos e rolamentos.	Semestral			
	7.4 Limites de redução	Verificar a fixação, limpeza, lubrificação, desgastes dos canais, eixos e rolamentos.	Semestral			
	7.5 Guias	Quando utilizar corredeiras de nylon: Limpar e lubrificar as guias semestralmente. Quando utilizar corredeiras de rolo: Limpar semestralmente.	Semestral			
	7.6 Suporte e placas	Verificar a limpeza e lubrificação de suportes e guias.	Semestral			
	7.7 Cabos de manobra e fiações	Verificar as condições da fiação elétrica e cabos de manobra na caixa de corrida, observando se não há linhas rompidas, oxidações em bornes, obstrução e posição.	Semestral			



IFRS – POA	
Fls. n°	Rubrica

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Porto Alegre
Coordenadoria de Compras, Licitações e Contratos

	7.8 Contrapeso	Verificar a fixação dos pesos, empenamento da estrutura em direção as guias e estado das corredeiras, separador e fixação dos cabos (castanhas, porcas/contraporcas, cupilhas e metal mongol). Limpar: estrutura.	Trimestral			
8. FUNDO DA CABINA	8.1 Cornija	Verificar fixação e estado geral. Limpar a cornija.	Quadrimestral			
	8.2 Suporte corrente de compensação	Verificar a fixação do suporte de desvio da corrente de compensação.	Quadrimestral			
	8.3 Corrente de compensação	Verificar o desgaste dos cabos e correntes de compensação, equalização e alongamento.	Quadrimestral			
	8.4 Aparelho de segurança	verificar funcionamento, estado dos componentes e seio do cabo de manobra. Limpar.	Quadrimestral			
9. POÇO	9.1 Limites inferiores	Realizar a limpeza, fixação, lubrificação e acionamento (manual).	Semestral			
	9.2 Corredeja inferior	Verificar o estado das corredeiras e desgaste dos nylons e folga (+/- 6mm) entre guia. Limpar e lubrificar as graxas.	Trimestral			
	9.3 Paracheque	Quando utilizar molas: Verificar a fixação das molas para-choque. Quando utilizar amortecedor hidráulico: Verificar o nível do óleo, fixação, funcionamento do pistão hidráulico e acionamento do contato elétrico (manualmente). Limpar.	Trimestral			
	9.4 Botão STOP	Testar o funcionamento de todos os botões e da iluminação.	Trimestral			
	9.5 Polia de compensação (quando houver)	Verificar o desgaste dos canais da polia, lubrificação, funcionamento e posição dos contatos elétricos. Limpar. Verificar a fixação do suporte de desvio da corrente de compensação. Lubrificar: guias da polia de compensação.	Trimestral			



IFRS – POA	
Fls. n°	Rubrica

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Porto Alegre
Coordenadoria de Compras, Licitações e Contratos

	9.6 Deslize do contrapeso	Verificar com a cabina nivelada no último pavimento superior, a medida da distância da mola/amortecedor hidráulico até a parte inferior da estrutura do contrapeso (150 a 500 mm) e anotar.	Trimestral			
	9.7 Fundo do poço	Limpar.	Trimestral			
Obs. Desligar o elevador e notificar o IFRS na ocorrência de qualquer das situações abaixo: i) Deficiência na alimentação elétrica do IFRS; ii) Falta de aterramento no quadro de força da casa de máquina; iii) Ligações elétricas clandestinas; iv) Cabos de aço com perna rompida; v) Contrapeso encostado na mola; vi) Situações que não garantam o funcionamento seguro do elevador.						

OBSERVAÇÕES (Nos campos abaixo deverão ser registrados: defeitos constatados; resumo das anormalidades e fatos ocorridos no período; resumo dos serviços que dependam de solução por parte da Instituição; peças danificadas e substituídas, com a especificação completa, assim como a identificação do local da intervenção; sugestões sobre reparos preventivos ou modernizações cuja necessidade tenha sido constatada, e outros serviços realizados que não constem listados acima):

DATA	OCORRÊNCIA
__/__/__	

DATA	OCORRÊNCIA
__/__/__	

DATA	OCORRÊNCIA
__/__/__	

DATA	OCORRÊNCIA
__/__/__	

Assinatura do responsável pela manutenção